

# Acção Socialista



N.º 1297 15 Janeiro 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

[www.accaosocialista.net](http://www.accaosocialista.net) ■ [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt)

## TRATADO DE LISBOA EM RATIFICAÇÃO NOS 27

<b>Alemanha</b> Ratificação: Parlamentar	<b>Áustria</b> Ratificação: Parlamentar	<b>Bélgica</b> Ratificação: Parlamentar	<b>Bulgária</b> Ratificação: Parlamentar
<b>Chipre</b> Ratificação: Parlamentar	<b>Dinamarca</b> Ratificação: Parlamentar	<b>Eslováquia</b> Ratificação: Parlamentar	<b>Eslovénia</b> Ratificação: Parlamentar
<b>Espanha</b> Ratificação: Parlamentar	<b>Estónia</b> Ratificação: Parlamentar	<b>Finlândia</b> Ratificação: Parlamentar	<b>França</b> Ratificação: Parlamentar
<b>Grécia</b> Ratificação: Parlamentar	<b>Holanda</b> Ratificação: Parlamentar	<b>Hungria</b> Ratificação: Parlamentar	
<b>Irlanda</b> Ratificação: Referendo (Por imperativo constitucional)	<b>Itália</b> Ratificação: Parlamentar	<b>Luxemburgo</b> Ratificação: Parlamentar	
<b>Letónia</b> Ratificação: Parlamentar	<b>Lituânia</b> Ratificação: Parlamentar	<b>Portugal</b> Ratificação: Parlamentar	
<b>Malta</b> Ratificação: Parlamentar	<b>Polónia</b> Ratificação: Parlamentar		
<b>Reino Unido</b> Ratificação: Parlamentar	<b>Rep. Checa</b> Ratificação: Parlamentar		
<b>Roménia</b> Ratificação: Parlamentar	<b>Suécia</b> Ratificação: Parlamentar		

O primeiro-ministro, José Sócrates, foi à Assembleia da República anunciar a opção do Governo em ratificar o Tratado de Lisboa da União Europeia por via parlamentar, que considera tão legítima como a referendária

PÁGINA 20

Especial Tratado de Lisboa

Uma Europa mais democrática, mais ambiciosa, mais forte e dotada de instituições eficazes

10

Presidente da CM de Vila Franca de Xira

Maria da Luz Rosinha: "Temos um concelho mais dinâmico e atractivo"

6

Presidente da Câmara Municipal de Évora

José Ernesto d'Oliveira: "A maior preocupação é a criação de emprego"

18

Federação de Castelo Branco

Joaquim Morão: "Temos de apostar num novo modelo de desenvolvimento do interior"

2

# “o país tem que apostar num novo modelo de desenvolvimento do interior”

JOAQUIM MORÃO, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO

O ano de 2008 marca o início de um novo ciclo, com a preparação e disputa de vários actos eleitorais, afirma Joaquim Morão, adiantando que, por isso, é tempo de “intensificar a acção” da Federação, com vista à mobilização dos militantes e dos cidadãos para as batalhas que se avizinham. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o presidente da Federação de Castelo Branco defende que temos de apostar num novo modelo de desenvolvimento do interior, que “una inovação industrial e turismo de qualidade” e sublinha que o QREN é “a última grande oportunidade, para fazermos a viragem que o país tanto necessita”.

J.C. CASTELO BRANCO

## Que balanço faz da sua acção à frente da Federação?

O balanço que me pede, sobre o meu trabalho à frente da Federação Distrital do PS de Castelo Branco, deveria ser feito, em primeiro lugar, pelos militantes socialistas no distrito.

No entanto, tenho consciência do trabalho que faço e do empenho, pessoal e profissional, que coloco em todas as tarefas e objectivos aos quais me proponho. E, assim, sem falsas modéstias, tenho de dizer que faço um balanço positivo, já que existe uma boa comunicação entre a Federação e as demais estruturas e militantes do Partido Socialista por todo o distrito.

Basta, aliás, recordar, que o PS detém a presidência das câmaras municipais em sete de 11 concelhos.

## Que iniciativas mais relevantes tem a Federação agendadas para 2008?

O ano de 2008 marca o início de um novo ciclo político e eleitoral, com a preparação e disputa de vários actos eleitorais.

É, portanto, tempo de intensificar a acção da Federação do PS, com vista à mobilização dos militantes e dos cidadãos para os próximos actos eleitorais que se avizinham.

Iremos promover plenários autárquicos e reuniões sectoriais para mobilização dos militantes, estruturação dos planos de acção para as campanhas eleitorais, com sessões específicas nas quais procuraremos

dar maior ênfase à participação das mulheres e à criação de grupos de trabalho que possam reflectir sobre questões actuais como o Ambiente, as Novas Tecnologias ou a Qualificação e Formação ao longo da vida activa.

## Como têm decorrido as relações com a JS, o Departamento das Mulheres Socialistas, as concelhias e as secções?

As relações têm decorrido de forma satisfatória, se bem que tenhamos atravessado um período de menor actividade.

No entanto, tanto a JS, como o Departamento de Mulheres Socialistas, as concelhias e sessões do partido estão preparadas para os desafios que se avizinham. Todos estamos conscientes da importância dos próximos actos eleitorais e do papel e esforço que cada um tem de desenvolver para que o Partido Socialista possa obter as vitórias que todos ambicionamos.

## De que forma se tem processado a abertura do partido aos independentes e à sociedade civil, no âmbito do espírito das Novas Fronteiras?

Abrir o partido aos independentes e à sociedade civil é um objectivo que exige muito trabalho de bastidores, pouco visível, mas determinante para que as acções com visibilidade pública tenham os resultados que ambicionamos.

Essa aproximação faz-se, por um lado, através dos resultados do trabalho dos eleitos locais, que com o seu empenho e com os objectivos

que vão alcançando contribuem para que os eleitores estabeleçam uma relação de confiança com o partido, tornando-se assim votantes do PS e, mais que isso, em cidadãos capazes de mobilizarem outros para o voto socialista, num efeito multiplicador.

Mas existe também um trabalho de aproximação aos líderes de opinião, locais e regionais, que nunca podemos perder de vista.

## Como é que a Federação está a preparar com os nossos eleitos no poder local as autárquicas de 2009?

Entendemos que o trabalho fundamental da Federação na preparação das autárquicas de 2009 passa pelo acompanhamento próximo dos actuais eleitos, junto dos quais pretendemos intensificar o trabalho de esclarecimento e debate das políticas adoptadas pelo Governo.

O Partido Socialista tem governado o país num período particularmente difícil. A melhoria das condições de vida dos portugueses, todos o sabemos, passa pela implementação de um conjunto de reformas em curso, cuja compreensão e aceitação por parte das populações nem sempre é fácil, nem pacífica.

Assim, o trabalho da Federação vai assentar na apresentação e debate das políticas do Governo aos eleitos locais, de forma a que possam apresentá-las à população e dirigir o seu trabalho de forma a que essas políticas possam ser mais facilmente apoiadas pela população, por todos os cidadãos e eleitores.



## Quais as linhas mestras em que deve assentar o projecto autárquico do PS para o distrito de Castelo Branco?

O PS deve apostar, naturalmente, na manutenção da presidência de sete das 11 câmaras municipais do distrito.

No entanto, existe um trabalho de fundo que deve ser desenvolvido, para que o Partido Socialista possa reconquistar duas das mais importantes autarquias do distrito: as câmaras da Covilhã e do Fundão.

Temos consciência que é um objectivo elevado, de difícil concretização na presente situação, mas não é impossível.

O PS tem militantes de reconhecido mérito em ambas as cidades, é necessário que se disponibilizem, que se disponibilizem os melhores, que aceitem travar estas batalhas difíceis, porque é nestes momentos que o partido mais deles precisa.

## Qual a sua opinião sobre a Lei das Finanças Locais?

A nova Lei das Finanças Locais suscitou, na fase inicial, alguma apreensão.

Os autarcas ficaram receosos das

alterações, até porque geralmente resistimos ao que é novo.

No entanto, com a aplicação da Lei em 2008 creio que posso afirmar que a generalidade dos municípios beneficiou com esta nova legislação. Portanto, a minha opinião pessoal é positiva, e estou seguro que a opinião da generalidade dos municípios é também de concordância.

## Como avalia o QREN agora apresentado, designadamente a aposta na qualificação, competitividade e valorização do território?

A aposta na qualificação dos portugueses, nomeadamente de todos os portugueses na vida activa ou que se preparam para a vida activa, a competitividade da economia portuguesa e a valorização do território nacional são, mais do que objectivos, desígnios nacionais.

Temos que ser capazes de travar e vencer esta guerra. O futuro do país depende do êxito desta estratégia. Mas temos de ter também consciência de que o nível de exigência é elevado e que muitas autarquias



“O PS deve apostar, naturalmente, na manutenção da presidência de sete das 11 câmaras do distrito. No entanto, existe um trabalho que deve ser desenvolvido, para que o partido possa reconquistar duas das mais importantes autarquias do distrito: Covilhã e Fundão

“A aposta na qualificação dos portugueses, a competitividade da nossa economia e a valorização do território nacional são, mais do que objectivos, desígnios nacionais”

“Precisamos de estar unidos e de juntar esforços para que o PS alcance as vitórias que deseja e que o país precisa para continuar o rumo do progresso”

vão ser enormes dificuldades na concretização dos procedimentos processuais que darão acessos aos fundos do QREN.

Trata-se da última grande oportunidade, dada por Bruxelas, para fazermos a viragem de que o país tanto necessita. Desta vez, não

podemos falhar, não pode existir margem para a má aplicação de fundos comunitários, não pode haver tolerância para o desperdício, não pode existir complacência para o correu mais ou menos.

**Que balanço faz da presidência portuguesa da União Europeia que agora termina?**

Portugal tem motivos de orgulho pelo desempenho da presidência portuguesa da União Europeia.

Para lá dos resultados alcançados por iniciativas como a Cimeira União Europeia-Rússia, Cimeira União Europeia-Brasil, Cimeira União Europeia- África, ou do Tratado de Lisboa, Portugal mostrou ser capaz de responder a grandes desafios, mostrou-se uma vez mais capaz de organizar grandes eventos, que dignificam o país na Europa e no Mundo.

Só é preciso que, todos os dias, internamente, sejamos capazes de fazer as coisas com a mesma dignidade, empenhamento e entusiasmo.

**Que balanço faz dos dois anos e meio de governação socialista?**

O balanço é, naturalmente, positivo.

Como já atrás referi, vivemos um período particularmente difícil. O país está economicamente debilitado, as famílias portuguesas atravessam uma fase de maior “aperto do cinto”, alguns sectores económicos ressentem-se.

Muitas reformas estruturais que deveriam ter sido feitas há anos, só agora começaram a ser implementadas. Todos temos noção dos sacrifícios que têm sido pedidos aos portugueses. Mas todos temos também consciência de que esses sacrifícios são inevitáveis, se queremos um futuro melhor.

**Como avalia a actuação do primeiro-ministro?**

O primeiro-ministro é um homem combativo e determinado. E essas são características importantes e necessárias numa época em que é preciso afrontar dificuldades.

Tem uma visão estratégica para o país e está a desenvolver um trabalho que há muito deveria ter sido feito.

O primeiro-ministro é também

um homem do interior. É por isso que creio que está mais sensível e percebe bem a minha preocupação quanto à necessidade de continuar a investir mais no interior, quanto à necessidade de aplicação de medidas de discriminação positiva para esta metade do país.

Temos de combater a desertificação, temos de fixar população, temos de inverter a tendência de envelhecimento populacional, temos de incentivar a fixação de novas empresas, temos de potenciar mais-valias como o património, o ambiente, a gastronomia. Temos de, resumindo, apostar num novo modelo de desenvolvimento do Interior, que una inovação industrial e turismo de qualidade.

**Há alguma mensagem que gostasse de dirigir aos militantes da Federação?**

A mensagem é de união. Precisamos de estar unidos e de juntar esforços para que o Partido Socialista alcance as vitórias que deseja e que o país precisa para continuar no rumo do progresso.





## O PS NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

### Comissão Política

Joaquim Morão Lopes Dias  
 Maria do Carmo Sequeira  
 João António Martins Lindeza  
 José Paulo Barata Farinha  
 Maria Alzira Serrasqueiro  
 Maria Hortense Martins  
 Adelino Reis e Moura  
 Vítor Manuel Pinheiro Pereira  
 Carlos do Carmo Martins  
 José Manuel Sanches Pires  
 Américo Nunes Lourenço  
 António José Morão Dias Lopes  
 Antonio Antunes Xavier  
 João D`Alvares Barroso M. Campino  
 Maria Cristina Lopes Dias  
 João Nuno Marques Carvalhinho  
 Telma Catarina Dias Madaleno  
 João José Cristovão  
 Berta Sofia Oliveira  
 Arnaldo Jorge Pacheco Brás  
 Cândido Moreira  
 Margarida Maria Tacanho Pereira  
 Maria do Carmo Almeida Nunes  
 Andrade  
 Filipe Casteleiro Oliveira  
 Carlos Alberto Miranda  
 Abel Fernando Pereira Cardoso  
 Francisco Miguel Roxo  
 João Manuel Rigo Dionisio  
 Francisco Ribeiro  
 Luís Manuel Santos Correia  
 João José Cunha  
 José Pina  
 Luís Miguel Fonseca Nascimento  
 João Carlos Marcelo  
 José Maria Fortunato  
 Hélio Jorge Simões Fazendeiro  
 Júlio Cardoso Alves  
 Maria Cristina Granada  
 Maria Fernanda Soares  
 Paula Reis  
 Vítor Teixeira

### Inerências c/direito a voto

**JS**  
 Vítor Cunha  
 José Miguel Oliveira  
 Catarina Mendes  
 Bruno Ramos

### Inerências sem direito a voto

Mário Tomas  
 Presidente C.P. Concelhia Belmonte  
 Álvaro Rocha  
 Presidente C.P. Concelhia Idanha-a-Nova  
 Vítor Bairrada  
 Presidente C.P. Concelhia PS - Proença a Nova  
 Profírio Saraviva  
 Presidente C.P. Concelhia Penamacor  
 Vítor Cavalheiro  
 Presidente C.P. Concelhia Sertã

### Órgãos autárquicos

Sérgio Saraiva  
 Abel Rodrigues  
 Conceição Martins  
 Germano Fernandes  
 Maria da Graça Amaro  
 Bernardino Cepeda  
 Lopes Marcelo  
 Zeferino Vidigal M. Lucas  
 Conceição Lopes  
 Armindo Ramos

### DFMS

Maria José Batista

### Órgãos Nacionais

Jorge Seguro  
 Fernando Serrasqueiro  
 Valter Lemos

### Secretariado

Joaquim Morão  
 Presidente da Distrital  
 José Sanches Pires  
 João Nuno Carvalhinho  
 João Lindeza

Victor Pereira  
 João Dionisio  
 João José Cristovão  
 António José Morão Dias Lopes  
 Miguel Nascimento  
 Telma Madaleno  
 Hortense Martins  
 Cristina Granada  
 Maria José Barata Baptista  
 DFMS  
 Hélio Fazendeiro  
 JS  
 Cristina Lopes Dias  
 Departamento de Dados

### Comissão Federativa de Fiscalização Económica e Financeira

Leopoldo Rodrigues  
 Hélder Morais  
 Maria Cristina Granado  
 José Soares  
 José Lagiosa

### Comissão de Jurisdição

José Joaquim Antunes  
 Albano Pina  
 Ana Sofia Ramos  
 José Eduardo Correia Dixo  
 José Paulo Pina Simão  
 Paula Carreiro  
 José Martins Fonseca

### Deputados na Assembleia da República

Vítor Pereira  
 Hortense Martins  
 Cidália Faustino  
 Jorge Seguro Sanches

### Departamento Federativo das Mulheres Socialistas

#### Presidente

Maria José Barata Batista

#### Conselho Político

##### Efectivas

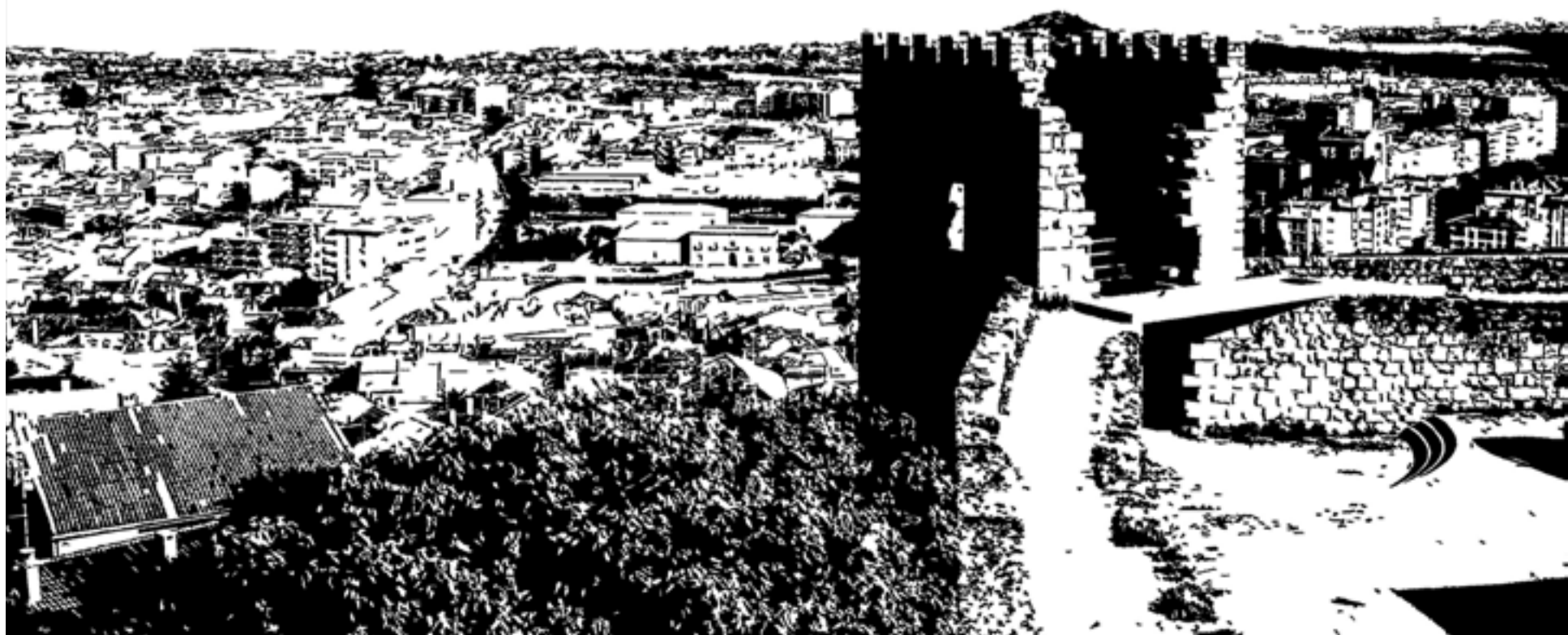
Maria Alzira Lima Serrasqueiro  
 Maria Hortense Nunes Martins  
 Maria do Carmo Jesus Sequeira  
 Telma Catarina Dias Madaleno  
 Maria da Conceição Martins  
 Maria Fernanda Simões Soares  
 Maria Gracinda Lourenço Marçal  
 Maria Cristina Lopes Dias  
 Maria Cristina Pires Granada  
 Maria Cristina Oliveira Granado  
 Paula Maria Fernandes Reis  
 Idalina Jorge Gonçalves Costa  
 Maria Laurinda Pires Sanches  
 Maria Teresa Amaral Patrício Brás  
 Maria Carmo Almeida Andrade  
 Maria Roda Norberto Moreira

#### Suplentes

Ana Cristina Torres Camilo  
 Benvinda Conceição Marques Silva  
 Maria da Conceição Nunes Silva  
 Maria de Jesus Pires Nogueira  
 Maria de Lurdes Almeida N Peça  
 Ana Cristina Saraiva  
 Maria da Graça Paulo Amaro  
 Sílvia Mafalda Serra

#### Secretariado

Maria José Barata Batista  
 Maria da Conceição Martins  
 Maria Cristina Pires Granada  
 Paula Maria Fernandes Reis  
 Maria Teresa Amaral Patrício Brás



# Comissão Política do PS aprova ratificação parlamentar do Tratado de Lisboa

JOSÉ Sócrates comunicou formalmente à Comissão Política do PS a decisão de pedir a ratificação por via parlamentar do Tratado de Lisboa da União Europeia.

O secretário-geral do PS defendeu que o nosso partido não viola a promessa de realizar um referendo porque só se comprometeu com o Tratado Constitucional e que as “circunstâncias alteraram-se completamente”.

“O PS tinha um compromisso com o Tratado Constitucional. Agora é o Tratado de Lisboa, que não existia na altura. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. As circunstâncias alteraram-se completamente. É um tratado diferente”, disse Sócrates no final da Comissão Política



Nacional do PS, realizada na sede nacional.

A Comissão Política aprovou, por ampla maioria, sete votos favor e uma abstenção, a decisão, de propor a ratificação do Tratado de Lisboa da União Europeia por via parlamentar.

O secretário-geral do PS e primeiro-ministro afirmou-se “muito satisfeito” com a reunião em que veio “comunicar” aos dirigentes socialistas a sua opção via parlamentar para a ratificação do Tratado assinado em Lisboa a 13 de Dezembro de 2007.

O anúncio formal da decisão foi comunicado durante o debate quinzenal com o primeiro-ministro, na Assembleia da República que se realizou no passado dia 9 de Janeiro. J.C.C.B.

## “Tratado de Lisboa reforça o caminho da Europa dos cidadãos”

**O Governo anunciou que a exemplo dos restantes 27 países comunitários, também Portugal vai ratificar o Tratado de Lisboa por via parlamentar.**

**Para o porta-voz do PS, Vitalino Canas, em entrevista ao “Acção Socialista”, esta opção do Governo mais não traduz de que o cumprimento de um “compromisso com a imagem e o interesse de Portugal”.**



**A opção do Governo português em avançar com a ratificação do Tratado de Lisboa por via parlamentar é de algum modo condicionada pelo facto de 25 Estados-membros já terem optado por esta solução?**

O facto de em relação ao Tratado de Lisboa só a Irlanda manifestar (por obrigações constitucionais) a intenção de o submeter a referendo, ao contrário do que sucedia em relação ao Tratado Constitucional, a propósito do qual numerosos Estados-membros tinham tomado a decisão de fazer referendos, foi certamente relevante. Mas o mais importante não é isso. O importante é corresponder a um compromisso para com a Europa – o PS é o partido da Europa, convém não esquecer – e a um compromisso com a própria imagem e interesse de Portugal. Nas questões da Europa, o PS sempre mostrou que o interesse partidário deveria ficar para trás. Neste caso, o interesse partidário do PS seria promover um referendo, que prolongasse e projectasse ainda mais a presidência portuguesa, que pusesse os outros partidos pró-europeus (PSD, e CDS-PP) a reboque e sob a liderança do PS e que até fizesse concentrar a discussão pública no Tratado, em vez de outros temas mais difíceis. Mas o PS e o Governo não quiseram pensar em si e quiseram honrar o projecto europeu, rejeitando qualquer hipótese de

o poderem colocar em risco. Em risco não entre nós, mas externamente.

**Toda a oposição, mesmo o confuso PSD, acusam o primeiro-ministro, José Sócrates, de em Fevereiro de 2005, aquando da vitória eleitoral do PS, ter prometido que assumiria o compromisso programático de realizar um referendo ao então Tratado Constitucional da UE. O que é que se alterou desde então?**

Havia de facto um compromisso do PS de ratificar o Tratado Constitucional e de o submeter a referendo. Esse compromisso assentava sobretudo no seguinte facto: o Tratado Constitucional, quer do ponto de vista simbólico, quer do ponto de vista material, quer no que toca aos seus objectivos, visava iniciar um novo caminho da Europa no sentido do federalismo. Embora

não fosse um Tratado federalista, era um tratado federalizante, que tinha na sua base uma ideia de evolução no sentido federalista. Por isso se designava de “Tratado que aprova uma Constituição para a Europa”. Era esse o motivo, aliás, que levava muitos Estados-membros a querer referendá-lo. Tratava-se de obter dos cidadãos europeus dos vários Estados um assentimento para uma nova fase da Europa, cujo primeiro passo se estava a dar. O Tratado de Lisboa não é um primeiro passo de um novo caminho, mas sim a confirmação do caminho que já vinha sendo seguido, o caminho da Europa das nações e dos cidadãos, com aperfeiçoamentos institucionais importantes para haver mais democracia, mais transparência, mais eficácia e, sobretudo, mais afirmação internacional. Essa Europa já foi ratificada muitas vezes pelos cidadãos europeus.

**Se Portugal tivesse optado por ratificar o Tratado de Lisboa por via referendária, acha que os restantes países da UE, excepto a Irlanda, teriam dificuldades em explicar às respectivas opiniões públicas a opção da via parlamentar. Ou seja, pensa que poderia contribuir para um efeito de contágio?**

Sim. Não tenho dúvida nenhuma que o sim ao Tratado de Lisboa ganharia em Portugal, com uma boa diferença. Não há nenhum receio em relação a isso. Mas se um país como Portugal, com responsabilidades que excedem neste momento a sua dimensão porque acabou de exercer a presidência, porque conseguiu a assinatura do tratado e porque lhe deu o nome da sua capital - decidiu fazer um referendo, também não tenho nenhuma dúvida que haveria outros líderes europeus que só muito dificilmente conseguiram evitar o referendo, porventura em situações muito desvantajosas para o Tratado de Lisboa e, por conseguinte, colocando-o em risco.

**Sabendo-se que PS, PSD e Presidente da República, Cavaco Silva, já manifestaram a sua adesão à via parlamentar, dando assim garantias de que a maioria do povo português votaria favoravelmente o novo Tratado Europeu, qual a justificação política para que o Governo tenha então optado pela solução parlamentar?**

Portugal e o PS não devem fazer nada que ponha em risco o Tratado de Lisboa, ainda que por via indirecta. Isso seria o que algumas forças europeias à esquerda e à direita queriam e nós não podemos ser ingénuos nem instrumentais em relação a essa vontade da extrema-esquerda e da extrema-direita europeias. As nossas decisões internas influenciam e influenciariam forçosamente as decisões em outros países. E não queremos que o Tratado possa ser inviabilizado. O Mundo, estranho que está, necessita de uma Europa forte e afirmativa. E a Europa necessita deste Tratado para ser forte e afirmativa. R.S.A.

# “Temos um concelho mais dinâmico e atractivo”

MARIA DA LUZ ROSINHA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Os “largos milhões de euros” investidos pela Câmara na construção de múltiplos equipamentos, de áreas de recreio e lazer, associadas à preservação do meio ambiente, e a criação de novas acessibilidades tornaram Vila Franca de Xira um concelho “mais dinâmico, mais moderno e mais atractivo”, afirma Maria da Luz Rosinha. Em entrevista ao “Acção Socialista”, a presidente da autarquia fala ainda do desígnio de devolver o rio às populações e sublinha a “grande relevância” da construção da plataforma logística de Castanheira do Ribatejo no tecido social da região, nomeadamente os milhares de postos de trabalho que esse projecto irá criar.

J.C. CASTELO BRANCO

**Ao longo deste mandato quais têm sido as prioridades da Câmara?**

As prioridades têm sido aquelas que assumimos em 2005 sob a forma de “Contrato Social” com a população do concelho e que esta sufragou. Genericamente são prioridades que se traduzem na concretização de um concelho mais dinâmico, mais moderno, mais atractivo e com mais e melhores equipamentos.

E isto tem sido conseguido, através do investimento de largos milhões de euros na construção de equipamentos educativos, culturais, sociais e desportivos, mas também na criação de novas acessibilidades e construção de áreas de recreio e lazer, associadas à preservação do meio ambiente.

**Para 2008 quais as principais acções que estão programadas pelo município?**

As principais acções programadas decorrem naturalmente do Plano de Investimentos recentemente aprovado. Assim, destaco, desde logo, a construção de equipamentos tão importantes como o Centro de Saúde de Vila Franca de Xira, o Quartel da PSP da Póvoa/Forte da Casa, o Pavilhão Municipal da Castanheira do Ribatejo e a conclusão do Centro Cultural do Bom Sucesso e do caminho pedonal entre Alhandra e Vila Franca de Xira.

Ao mesmo tempo, as acessibilidades continuam na nossa lista de prioridades, onde destaco mais de três milhões de euros para esse objectivo, em que a abertura do Nó II de Vila Franca de Xira, no sentido de Lisboa, e o arranque da Circular

Urbana de Alverca do Ribatejo e a Variante a Vila Franca de Xira são notas principais.

Também a educação se situa na linha da frente das nossas preocupações, havendo que garantir a concretização dos objectivos definidos na Carta Educativa, que nos levam a atribuir uma verba superior a cinco milhões de euros para beneficiação e construção de novos equipamentos de ensino.

**De que forma o município tem procurado combater a especulação imobiliária e proporcionado habitação a custos controlados aos estratos populacionais de mais baixos rendimentos?**

O Município de Vila Franca de Xira concluiu no final de 2007 a execução do PER – Programa Especial de Realojamento, que permitiu o realojamento de 765 agregados familiares. A conclusão do PER não significa, contudo e infelizmente, a solução de todos os problemas no domínio da habitação social.

A Câmara Municipal, que desenvolveu também um programa de habitação a custos controlados, possui neste momento 1023 fogos, distribuídos praticamente por todo o concelho. Um número que se revela insuficiente para atender e acudir a todas as solicitações, uma vez que temos cerca de mil pedidos pendentes, correspondendo a agregados familiares de composições diversas.

Sabemos que se encontra em preparação o Plano Nacional da Habitação, e nesse quadro, pode surgir algum novo programa, em que haja uma forte intervenção financeira estatal.

**Qual o principal problema com que se defronta o concelho?**

Claramente a questão das servidões (duas dezenas) que pesam sobre o concelho de Vila Franca de Xira, respeitantes a serviços à capital e ao país. É mais do que tempo deste “serviço público” ser reconhecido e sermos compensados, uma vez que estes constrangimentos têm condicionado o desenvolvimento do concelho.

A área das acessibilidades é sem dúvida uma área que necessita de fortes investimentos: estamos a concluir, em parceria com a Brisa, a construção de ramal de acesso à Auto-Estrada no nó II de Vila Franca de Xira, aguardando-se decisão sobre a construção de novos nós de acesso à Auto-Estrada no Sobralinho e Caniços, bem como ao desenvolvimento das vias alternativas às cidades de Alverca e Vila Franca de Xira.

**O que pensa da importância que vai ter o traçado de execução da variante ferroviária de Santa-rém a Vila Franca de Xira?**

É entendimento do Município de Vila Franca de Xira e nosso desígnio que devemos devolver o rio às populações. No caso particular da cidade de Vila Franca de Xira, essa ligação só será restabelecida com uma solução que retire da superfície, também por razões de segurança, a circulação ferroviária. Essa solução não poderá passar pelos cofres municipais, mas antes por uma aposta clara do Governo, que defendemos há muitos anos e que consideramos uma solução de visão para o futuro.

**Qual a sua opinião também sobre a construção da plataforma logística de Castanheira do Ribatejo?**

Eu considero extremamente





positivo o elevado grau de empregabilidade definido neste projecto, com a criação de milhares postos de trabalho, directos e indirectos, o que assume grande relevância no tecido social de toda esta região.

A Plataforma Logística de Castanheira do Ribatejo enquadra-se nos cenários de desenvolvimento definidos no Plano Estratégico Concelhio e no “Plano de Desenvolvimento da Logística” e longe vai o tempo em que a logística outra riqueza não trazia do que a entrada e saída de veículos pesados, com todos os constrangimentos que daí advêm. Hoje, a logística está associada às novas tecnologias.

**Porque é que a Câmara vai contratar uma empresa especializada para fazer uma medição rigorosa e comparativa da altura das pontes da Lezíria e Marechal Carmona?**

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, assim como outros municípios da frente ribeirinha do Tejo, encaram com particular preocupação informações disponíveis que dão conta da impossibilidade de algumas embarcações típicas do Tejo (por exemplo, fragatas, varinos e veleiros de maior porte) não poderem, neste momento, subir o rio, para lá da Ponte das Lezírias, pelo facto de a altura livre ser sob o tabu-

leiro ser inferior à Ponte Marechal Carmona, na zona do canal de navegação. Considerando que a Brisa e as Estradas de Portugal contestaram esta informação, desenvolvemos um procedimento para a realização de medições rigorosas e comparativas que atestem a realidade dos factos, uma vez que entendemos que a náutica de recreio e do turismo deve ser um factor potenciador do estuário do Tejo

**Que comentário lhe merece a actuação do Governo no que concerne a Vila Franca de Xira?**

Quem me conhece sabe bem que nunca me dou por satisfeita com o trabalho produzido, uma vez que quero ir sempre mais além e que entendo haver sempre trabalho para fazer. Sou tão exigente comigo como para com o Governo.

Temos encontrado formas de concretizar parcerias e projectos e, por isso, a parceria que temos estabelecido com o Governo tem sido frutuosa.

**Como avalia a actuação do primeiro-ministro, no âmbito geral, e no que se refere a Vila Franca de Xira?**

A tarefa do primeiro-ministro e do Partido Socialista, desde 2006, sabia-se, estava longe de ser fácil. Globalmente penso que há me-

didias que, embora impopulares, pela sua necessidade acabaram por merecer a compreensão dos grupos afectados. O reflexo social destas acções só terá efeitos positivos daqui a alguns tempos e creio que a população portuguesa percebe que estamos a iniciar um novo rumo, um caminho adequado para um país com uma economia mais forte e para um Portugal mais justo e solidário, que são valores caros ao concelho de Vila Franca de Xira.

**Qual a sua opinião sobre a Lei das Finanças Locais?**

Acho prematuro fazer, desde já, considerações sobre a eficácia da lei, uma vez que os impactos dela decorrentes e os reflexos na gestão municipal serão diferentes de ano para ano, em função das receitas municipais, e isto porque a própria lei têm uma clausula de salvaguarda até 2009.

**O que a motiva mais na sua actividade de autarca?**

O que me motiva diariamente é a possibilidade de ajudar individual ou colectivamente a população do meu concelho a dispor de mais e melhor qualidade de vida. Ser parte das soluções e arrear os problemas das pessoas são as minhas maiores motivações.



“A parceria que temos estabelecido com o Governo tem sido frutuosa”

“As acessibilidades continuam na nossa lista de prioridades”

“O que me motiva diariamente é a possibilidade de ajudar individual ou colectivamente a população do meu concelho a dispor de mais e melhor qualidade de vida”

## OPINIÃO



MANUELA AUGUSTO  
Presidente do DNMS

*Alertar para os perigos da publicidade enganosa, do consumo supérfluo, do desperdício, ou de endividamentos precoces é também educar para a cidadania, é contribuir para fortalecer o espírito crítico e a consciência cívica dos direitos, mas também dos deveres*

## POLÍTICAS DE CONSUMO

O DEPARTAMENTO Federativo das Mulheres Socialistas da FAUL e o Departamento Nacional promoveram uma sessão pública sobre políticas de defesa do consumidor.

Apesar da época natalícia, o tema em debate trouxe ao Largo do Rato muitas pessoas, atentas à oportunidade de poderem partilhar preocupações, esclarecer dúvidas ou sugerir soluções.

O secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, Fernando Serrasqueiro, deixou bem patente a determinação do Governo também nestas matérias, e é um facto que ninguém, em sã consciência, poderá ficar indiferente à sua actuação. A atenção, a firmeza e a mudança de atitude em relação aos direitos dos consumidores veio provar que é possível ultrapassar interesses e vícios há muito instalados e consentidos. Muitas das medidas já tomadas, ainda que não sejam tão mediatizadas como tem sido a actuação da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, têm tido um impacto inestimável na correcção de tantos abusos, injustiças e, porque não assumi-lo, de autênticos desaforos e atentados à inteligência de muitas e muitos portugueses.

Quer através de nova legislação, quer pela eficaz fiscalização do cumprimento da já existente, a verdade é que se reforçou o direito à informação dos consumidores e se tem exigido uma maior transparência nas diversas relações contratuais, incluindo as que envolvem instituições financeiras e de crédito, ou mesmo as seguradoras. Os abusos eram mais que muitos, o Governo está a combatê-los e, ao mesmo tempo, tem conseguido agilizar os processos de resolução extrajudicial de conflitos.

Na sua intervenção, Jesuína Ribeiro, a presidente do Departamento Federativo das Mulheres da FAUL, tornou clara a multiplicidade destas acções, assim como a sua notável eficácia.

Mas, uma das preocupações mais pertinentes, nos dias que correm, tem a ver com a necessidade de nos desdobrarmos numa forte aposta na prevenção, a vários níveis de intervenção pública e política.

A ser assim, a escola tem um papel crucial também em relação à formação de consumidores e consumidoras conscientes, atentos e responsáveis. Com esta finalidade, a Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular tem vindo a aplicar inúmeros projectos nas nossas escolas. Um dos intervenientes neste debate, Luís Capucha, o seu director-geral, é um entusiasta nesta matéria.

A verdade é que hoje, de forma cada vez mais subliminar mas, por isso mesmo, perigosa e agressiva, a publicidade é dirigida às crianças e aos jovens, sendo já visível e frequente a influência destes nos hábitos de consumo dos seus pais.

Alertar para os perigos da publicidade enganosa, do consumo supérfluo, do desperdício, ou de endividamentos precoces é também educar para a cidadania, é contribuir para fortalecer o espírito crítico e a consciência cívica dos direitos, mas também dos deveres.

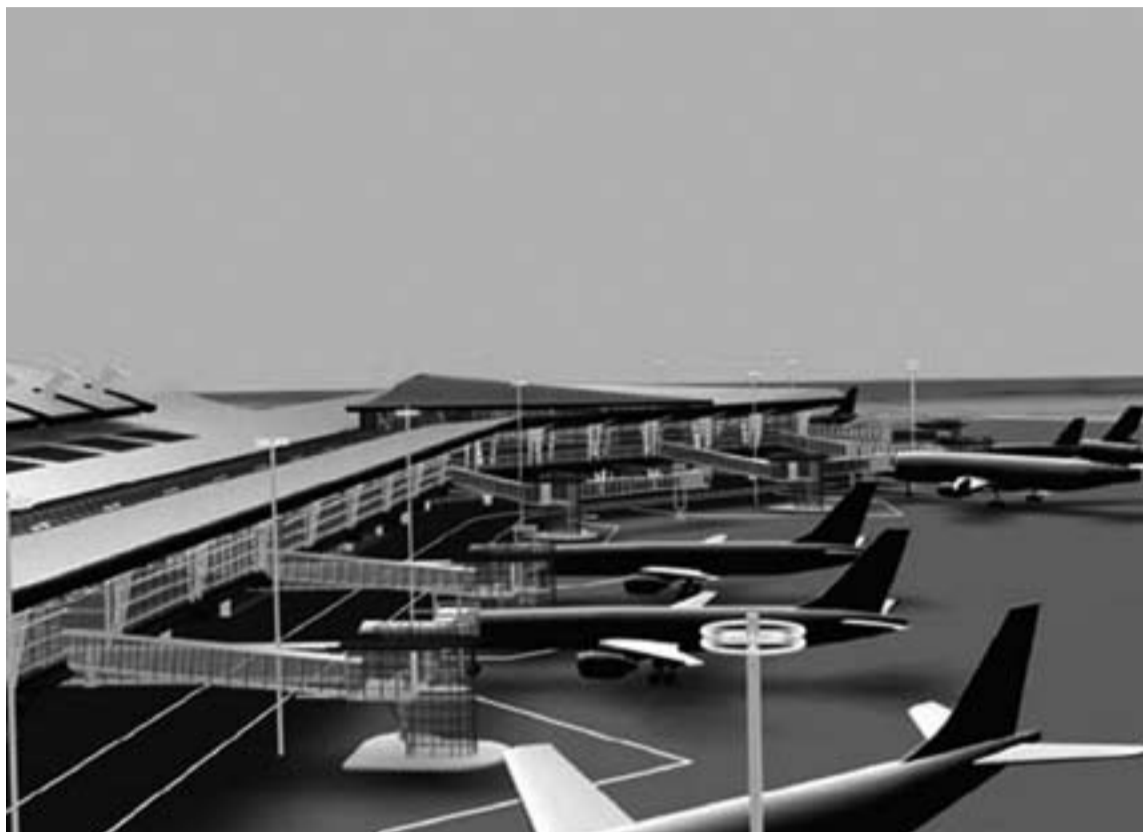
Nesta perspectiva, é inevitável que cada um de nós se consciencialize daquilo a que hoje já se chama o “consumo ético”, e o “comércio justo”. No mundo globalizado em que vivemos, deve tornar-se inevitável que pensemos seriamente nos processos que estão atrás ou que conduzem ao produto final dos bens ou serviços que adquirimos.

Que mão-de-obra foi utilizada? Foram utilizadas novas formas de escravatura, como o trabalho infantil, ou o trabalho forçado, tantas vezes fruto do tráfico de seres humanos? Foi pago um salário justo? Houve discriminação em relação ao trabalho das mulheres? Foram respeitadas normas internacionais, quer em relação às matérias-primas utilizadas, quer em relação ao tratamento de eventuais resíduos? Houve preocupação em relação à sustentabilidade económica, social, ambiental?

Por outro lado, já vai sendo tempo de olharmos de frente para a pobreza de tantos milhões de seres humanos à escala global, à espera da oportunidade que não chega. A solução para o drama daqueles que arriscam a vida, atravessando o mar numa barça, não pode ser o conformismo que rapidamente forja a indiferença. A aposta no “comércio justo” de produtos africanos, asiáticos, latino-americanos pode ser a ajuda internacional mais preciosa para a sua dignidade.

A nós, aos que podemos consumir, é-nos exigida a ética indispensável à construção desse tal desenvolvimento sustentável que os países do Norte não se cansam de repetir. Para que haja decência e tudo isso não seja mais dito em vão...

# Novo aeroporto ficará localizado em Alcochete



**A decisão preliminar de localizar em Alcochete o aeroporto internacional de Lisboa é a que melhor serve o interesse geral e está sustentada nos “melhores estudos técnicos”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, adiantando que a Ota será “compensada” pelos custos que teve em investimentos públicos.**

EM CONFERÊNCIA de Imprensa, no final do Conselho de Ministros, José Sócrates, que se encontrava acompanhado dos ministros das Obras Públicas, Mário Lino, e da Presidência, Pedro Silva Pereira, agradeceu ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) o relatório que possibilitou ao Executivo tomar essa decisão.

“Trata-se de um trabalho com grande profundidade técnica e, como isso, ajudou o Governo a tomar uma decisão política importante”, disse.

E sublinhou que este relatório descansa o Governo em relação a dois aspectos vitais em que Alcochete é melhor do que a Ota, “condições de segurança e operacionalidade; e do ponto de vista ambiental não há nenhum factor crítico posto em causa”.

Segundo explicou o chefe do Governo, as conclusões do relatório do LNEC apontam para que ambas as soluções eram viáveis, mas, adiantou, dos sete factores críticos que devem nortear a escolha, a maior parte pendeu a favor da opção por Alcochete: “Segurança, eficiência e capacidade das operações do tráfego aéreo”; “sustentabilidade dos recursos na-

turais e riscos”; “compatibilidade e desenvolvimento económico e social”; e “avaliação financeira”.

Face a estas conclusões, o primeiro-ministro disse que o Governo tomou “a decisão prévia e preliminar de aprovar as conclusões do relatório do LNEC e localizar o aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete”.

Neste contexto, segundo Sócrates, o Governo decidiu também construir a terceira travessia do rio Tejo, que será rodo-ferroviária entre o Barreiro e Chelas.

E adiantou que estas decisões só se tornarão definitivas “quando houver uma consulta pública que a avaliação estratégica ambiental impõe”.

“Para qualquer projecto com esta ambição, a União Europeia e Portugal impõem uma avaliação ambiental estratégica. O relatório do LNEC será a base para essa avaliação”, explicou.

Confrontado com a possibilidade de protestos da região do Oeste face à opção do Governo de escolher Alcochete em detrimento da Ota para a localização do novo aeroporto de Lisboa, afirmou: “Um primeiro-ministro que está há mais de dois anos e meio em funções está também preparado para protestos, mas espero que os portugueses percebam que o Governo é tomar a melhor decisão para o interesse geral”.

Segundo Sócrates, apesar de o estudo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) dizer que Alcochete e Ota são ambas localizações viáveis e sustentáveis para o novo aeroporto, o Governo entendeu que a primeira “foi a melhor opção”.

“Para ser justo, é preciso dizer que a região da Ota pagou um

preço ao longo dos últimos anos. A verdade é que, não apenas este Governo, mas também os anteriores, decidiu-se a localização da Ota para o novo aeroporto, o que teve um impacto nas medidas preventivas que ali foram tomadas”, salientou o primeiro-ministro.

Por isso, Sócrates disse que o Executivo socialista “encontrará uma forma de compensar esses custos, através de um programa que o Ministério das Obras Públicas poderá desenvolver em contacto com os autarcas da região”.

“Com esse trabalho, vamos por certo encontrar investimentos públicos que possam minimizar esses custos que foram suportados pela região do Oeste”, sublinhou.

## Elogios a Mário Lino

Questionado pelos jornalistas sobre a permanência do ministro Mário Lino no Executivo, após ter sido escolhida a solução Alcochete, o primeiro-ministro foi peremptório: “Tem todas as condições para continuar e quero agradecer-lhe a forma como conduziu e como sugeriu ao Governo a nova proposta do campo de Tiro de Alcochete”.

Sócrates sublinhou ainda que “não há uma política do Ministério das Obras Públicas, há apenas uma política do Governo”.

Segundo o primeiro-ministro, a política do Governo sobre o novo aeroporto foi “sustentar-se em todos os relatórios técnicos que estavam disponíveis e nas decisões dos anteriores governos”.

Sócrates aproveitou ainda para lembrar aos mais distraídos que quando Mário Lino referiu a palavra “jamais”, estava a referir-se apenas e tão-só “ao que os ambientalistas disseram sobre a zona Sul”.



# Sócrates defendeu sindicatos livres com espírito de compromisso

DEBATE PROMOVIDO PELA FUNDAÇÃO MARIO SOARES

**“Os desafios do desenvolvimento – as dinâmicas sociais e o sindicalismo” foram os temas escolhidos para um seminário que decorreu em Lisboa, patrocinado pela Fundação Mário Soares.**



USANDO da palavra na abertura dos trabalhos, que teve lugar nas instalações da Fundação Gulbenkian, o primeiro-ministro fez a defesa da esquerda reformadora, classificando-a como sendo a única que está verdadeiramente aberta à mudança, em contraposição, como disse, “à esquerda fixista, conservadora e corporativa”, que para José Sócrates é sobretudo dogmática, “colocando a igualdade como um valor superior ao da liberdade”.

“Não sou pelo igualitarismo”, problemática da qual, disse, “me libertei há muitos anos e que tanto mal fizeram à esquerda”.

Quanto à crítica, “algumas vezes vinda da esquerda mas sobretudo e insistentemente propalada e defendida pelos partidos à direita”, de que o combate ao défice e à dívida pública não deve assumir um papel central na luta pela modernização do país, Sócrates mostrou o seu desacordo, defendendo que o Estado não deve hesitar em cumprir as

suas obrigações, “mesmo que isso desagrade a interesses particulares legítimos ou a corporações”.

Para o primeiro-ministro, o dever do Estado não se resume a negociar com os parceiros sociais mas em “defender o interesse de todos”.

“Não sou da esquerda indiferente ao défice e à dívida”, porque, referiu José Sócrates, “os que não cuidam do equilíbrio das contas públicas assumem uma atitude irresponsável e deixam que o Estado se torne vulnerável”.

O esforço deste Governo, acrescentou, “é devolver o prestígio, a credibilidade e a sustentabilidade” a

Portugal, defendendo que “aqueles que acham que o Estado tem um papel na sociedade devem lutar para que o país tenha as suas contas em ordem”.

Os portugueses, disse, têm hoje a plena consciência de que o país está melhor com o défice e a dívida controlados, razão porque adiantou não concordar com o que classificou de “sindicalismo doutrinário” acusando-o de estar manipulado e de não ser “totalmente livre”.

Precisamos, sublinhou a este propósito, de sindicatos completamente livres, com “espírito de compromisso, com pragmatismo e

humildade” e não que actuem em “função de doutrinas e inspirados unicamente por uma visão de contestação”.

Sindicatos, defendeu ainda, que devem estar “orientados para a defesa dos interesses dos trabalhadores” e não ao serviço de ideologias ou de partidos políticos.

Antes tinha usado da palavra Mário Soares, que se mostrou bastante crítico em relação ao que designou de “excesso de privatizações”, mostrando-se contrário a uma “alegada redução do papel do Estado na protecção dos cidadãos”.

Segundo Soares, o recurso aos privados para fazerem os trabalhos que devem competir ao Estado “é uma má solução”, acusando o neoliberalismo “sobretudo norteamericano” de estar a enfraquecer o papel do Estado.

“Nunca fui partidário de um Estado de funcionários – obviamente dependentes”, disse, “mas sim de cidadãos livres”.

Contudo, para Mário Soares, hoje “há excesso de privatizações”, razão por que se tem vindo a criar o “hábito de recorrer a empresas privadas para fazer o trabalho que deveria caber ao Estado”.

Os Estados, defendeu ainda o ex-Presidente da República, “não devem ser dominados pelos privados, empresas ou pessoas singulares”, que reclamam sempre menos Estado mas que não perdem um ensejo de “ocupar os sectores económicos fundamentais” à primeira oportunidade.

A este propósito, José Sócrates disse estar “completamente de acordo” com Mário Soares sobre a necessária defesa do modelo social europeu, discordando, contudo, em relação à tese defendida pelo ex-Presidente da República de um alegado excesso de privatizações em Portugal, adiantando que as privatizações se fizerem de forma adequada e lembrando que em termos de peso do Estado na economia “não encontro nenhuma razão para crítica”. R.S.A.

## Hospital de Todos os Santos servirá meio milhão de pessoas

O FUTURO Hospital de Todos os Santos, na zona Oriental de Lisboa, cujo concurso para a sua construção será lançado no primeiro trimestre de 2008, deverá estar concluído em 2012. A estrutura de gestão público-privada vai substituir cinco hospitais localizados no centro da capital e servirá um universo de meio milhão de pessoas. A obra está orçada em cerca de 200 milhões de euros

Na cerimónia de apresentação do projecto do novo hospital na qual foi assinado um protocolo de cedência de terrenos no Parque da Bela Vista entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério da Saúde, Correia de Campos referiu que o novo Centro Hospitalar “servirá primariamente a população da sua área geográfica de atracção dentro da cidade de Lisboa e concelho de Loures, secundariamente a região de Lisboa e terciariamente servirá outras regiões de fora de Lisboa e Vale do Tejo”.

E sublinhou que “este hospital terá tudo aquilo que tem um hospital terciário, inclusive unidade de grandes queimados”, adiantando que o projecto do novo centro hospitalar é “uma agregação física de uma unidade que sempre existiu no tempo dos hospitais civis de Lisboa”.

O ministro da Saúde disse ainda que o Hospital de Todos os Santos “terá um enorme impacto na modernização dos equipamentos hospitalares



da cidade e da região, bem como na forma de os hospitais se organizarem e articularem com a rede de cuidados de saúde primários e de cuidados continuados integrados”.

A nova unidade hospitalar constitui também, segundo o governante, “uma oportunidade única de planeamento e reestruturação dos recursos humanos da saúde, possibilitando a melhoria da sua afectação na cidade, na região e até nos serviços do Sul do país, a médio prazo”.

### Requalificação da cidade

O Hospital de Todos os Santos irá

substituir o Centro Hospitalar de Lisboa Central, que agrega os hospitais de S. José, Capuchos, Santa Marta, Estefânia e Desterro, o que implicará uma requalificação da cidade.

Por sua vez, o presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, afirmou que o novo hospital “vai conduzir à libertação de espaços actualmente ocupados por outros centros hospitalares. São propriedades do Estado, mas é necessário que trabalhem em conjunto para que tal dê rentabilização ao Estado, ajudando simultaneamente na requalificação da cidade de Lisboa”.

António Costa apontou “o eixo do Maritim Moniz à Praça do Chile e a zona da Mouraria” como zonas prioritárias de intervenção “deste e do próximo mandato após a libertação por parte do Ministério da Saúde de áreas tão importantes como as que vai libertar daqui a cinco anos”.

### Mais ambulâncias do INEM

Cinco novas ambulâncias do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) entraram no final de Dezembro em funcionamento na região do Centro. Foram contratados para o funcionamento destas

ambulâncias 43 novos profissionais.

As novas ambulâncias de Suporte Básico de Vida do INEM vão estar localizadas nos hospitais de Anadia, Viseu, Leiria e Fundão e Centro de Saúde de São Pedro do Sul.

Entretanto, a partir de 2 de Janeiro o INEM pôs a funcionar na região de Lisboa uma nova Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER).

A VMER, que irá operar com médicos e enfermeiros, está localizada no Hospital de São José, sendo a 7ª unidade deste tipo a entrar em funcionamento no distrito de Lisboa e a 39ª a funcionar no território de Portugal continental.

Recorde-se que o INEM é o organismo do Ministério da Saúde responsável por coordenar o funcionamento, no território de Portugal continental, de um Sistema Integrado de Emergência Médica, de forma a garantir aos sinistrados ou vítimas de doença súbita a pronta e correcta prestação de cuidados de saúde.

De salientar ainda, por outro lado, que estão já em funcionamento 105 Unidades de Saúde Familiares, abrangendo 1 milhão e 200 mil portugueses. Com estas unidades, houve mais 150 mil portugueses que passaram a ter médico de família.

# O TRATADO DE LISBOA

Foi assinado a 13 de Dezembro de 2007 o Tratado de Lisboa. Com o acordo obtido a 18 de Outubro do ano passado, a Presidência portuguesa cumpriu o seu principal desafio: pôr termo a seis anos de impasse no debate institucional em que estava a União Europeia.

Foram negociações difíceis e exigentes, como é natural no seio de uma União com 27 Estados-membros que escolheram juntar os seus destinos naquele que é o mais ambicioso e mais generoso projecto multinacional jamais existente: a União Europeia.

Mas valeu a pena. O novo Tratado de Lisboa afirma os valores europeus, reforça a Europa enquanto actor económico global e cria as condições institucionais que lhe permitirão maior eficácia no desempenho do seu papel, tanto interna como externamente.

A Europa fica mais forte para enfrentar as questões globais, para assumir o seu papel no mundo e dá um sinal de confiança à economia e aos cidadãos europeus.



O PROJECTO europeu comemora este ano o seu quinquagésimo aniversário. A União Europeia é hoje um espaço de paz, segurança e prosperidade, graças à vontade e determinação dos seus povos. Os sucessivos Tratados europeus, desde 1957 até ao presente, procuraram sempre reflectir essa vontade, através da adaptação das instituições e das políticas às novas realidades.

O Mundo muda; a Europa também tem que mudar. Os Tratados constituem por isso um processo dinâmico e espelham o nível de ambição dos Estados-membros. A história da construção europeia é, assim, também feita dos seus Tratados: o Tratado de Roma (1957), o Acto Único (1986), o Tratado de Maastricht (1992), o Tratado de Amesterdão (1997) e o Tratado de Nice (2001). E agora o Tratado de Lisboa.

Os objectivos do Tratado de Lisboa são claros.

O Tratado visa tornar a União Europeia:

- mais eficiente, dotando-a de instituições adaptadas a uma Europa alargada;
- mais próxima dos seus cidadãos;
- mais eficaz e coerente no seu relacionamento com o mundo;
- mais apta a responder aos desafios globais que se colocam neste início de século.

O novo Tratado tem como data prevista para a sua entrada em vigor o dia 1 de Janeiro de 2009.

Descrevem-se, de seguida, alguns dos traços mais importantes do novo Tratado de Lisboa.

## Primeiro as pessoas

### Valores e direitos

A União Europeia é muito mais do que um acordo comercial ou um mercado único. O Tratado de Lisboa não poderia deixar de colocar os cidadãos no centro do projecto europeu, pelo que:

- Consagra os valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, democracia, igualdade, Estado de Direito, respeito pelos Direitos do Homem e das minorias, do pluralismo, não discriminação, tolerância, justiça, solidariedade e igualdade entre homens e mulheres.
- Atribui valor jurídico à Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. As Instituições da UE (e os Estados-membros quando aplicam direito da União) passarão a estar vinculadas a um catálogo de direitos que protegem os cidadãos.
- Prevê a adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, submetendo-a ao controlo do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

### Mais cidadania e democracia

O novo Tratado reafirma os direitos de cidadania europeia, nomeadamente, o direito de:

- circular e permanecer livremente no território dos Estados-membros;
- eleger e ser eleito nas eleições para o Parlamento Europeu, bem como nas eleições municipais do Estado-membro de residência;
- beneficiar da protecção das autoridades diplomáticas e consulares de qualquer Estado-membro, no território de países terceiros em que o Estado-membro de que são nacionais não se encontre representado;
- dirigir petições ao Parlamento Europeu, recorrer ao Provedor de Justiça Europeu, e dirigir-se às instituições e aos órgãos con-

sultivos da União numa das línguas oficiais e obter uma resposta na mesma língua.

O novo Tratado define, pela primeira vez, os fundamentos democráticos da União, e prevê o direito de os cidadãos participarem na vida democrática da União.

É criado o direito de iniciativa popular: um milhão de cidadãos da União, nacionais de um número significativo de Estados-membros, poderão tomar a iniciativa de convidar a Comissão a apresentar uma proposta sobre matérias que considerem necessárias para a aplicação dos Tratados.

Está igualmente previsto um diálogo aberto, transparente e regular entre as instituições europeias e as organizações representativas da sociedade civil, bem como com as igrejas, associações e comunidades religiosas, organizações filosóficas e não confessionais.

O Tratado de Lisboa apresenta uma outra importante novidade ao associar directamente os parlamentos nacionais dos Estados-membros ao processo legislativo europeu. Deste modo, os parlamentos assegurarão que a União Europeia intervém apenas se os objectivos em causa não possam ser suficientemente realizados pelos Estados-membros, isto é, quando se justifique uma acção ao nível europeu (o chamado princípio da subsidiariedade).

## Instituições mais eficazes

### Um novo quadro institucional

O novo Tratado mantém as instituições actuais da União, mas introduz algumas inovações importantes, destinadas a tornar as instituições mais eficazes numa Europa alargada, e mais aptas a responder aos desafios com que se depara a União Europeia.

O Conselho Europeu, isto é, a reunião de Estados-membros representados ao nível de Chefes de Estado ou de Governo:

- adquire o estatuto de Instituição da União, com a função de definir as orientações e prioridades políticas gerais da União;
- será liderado por um presidente, escolhido pelo próprio Conselho Europeu por maioria qualificada, por um mandato de dois anos e meio, renovável uma vez, o que deverá assegurar maior continuidade na acção da União e maior visibilidade externa.

O Parlamento Europeu, composto pelos deputados directamente eleitos pelos cidadãos dos Estados-membros, passará a ter um papel mais importante, já que:

- em conjunto com o Conselho, participará na adopção de legislação referente à maior parte das políticas europeias, bem como na adopção do orçamento da União Europeia;
- elege o candidato a presidente da Comissão Europeia (que lhe foi proposto pelo Conselho Europeu);
- aprova a Comissão Europeia no seu conjunto.

É criado o cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança:

- este novo cargo reúne, numa só pessoa, as tarefas hoje desempenhadas pelo actual Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum e pelo membro da Comissão Europeia responsável pelas Relações Externas;
- assim, o novo Alto Representante será, simultaneamente, representante do Conselho e vice-presidente da Comissão Europeia, o que dará mais eficácia e coerência à política externa da União Europeia.

A Comissão Europeia exerce funções de iniciativa legislativa, execução das políticas e aplicação do direito europeu, sendo hoje composta por um nacional de cada Estado-membro;

- no entanto, a partir de 2014, terá uma composição reduzida, correspondente a dois terços do número de Estados-membros, tornando-a mais apta a funcionar numa Europa alargada;
- os membros da Comissão serão escolhidos com base num sistema de rotação igualitária entre os Estados-membros;
- um dos Vice-Presidentes da Comissão será o Alto Representante, já mencionado.

O Conselho reúne os representantes dos Estados-membros ao nível ministerial, e, em conjunto com o Parlamento Europeu, exerce funções legislativas e orçamentais. O Conselho é presidido por representantes dos Estados-membros com base num sistema de rotação igualitária:

- actualmente, a Presidência muda a cada semestre, o que significa que, exercendo Portugal a Presidência no segundo semestre de 2007, e se não houver mais alargamentos, só a tornará a exercer daqui a treze anos e meio;
- o novo Tratado prevê que, embora se mantenha o actual sistema de rotação semestral, existirá um programa comum acordado entre três Estados-membros, devendo estes assistir-se mutuamente durante as respectivas presidências;
- o Conselho reunido na sua formação Negócios Estrangeiros constitui uma excepção a este sistema, já que é presidido pelo Alto Representante;
- sempre que o Conselho delibera e vota sobre um projecto de acto legislativo, o procedimento será público.

As restantes instituições e órgãos da União, tais como o Tribunal de Justiça, o Comité das Regiões e o Comité Económico e Social, continuarão a funcionar normalmente, embora haja algumas alterações pontuais.

### Decisões mais democráticas

O Tratado de Lisboa introduz modificações no processo legislativo europeu com os objectivos de torná-lo mais eficaz e democrático, apto a funcionar adequadamente numa Europa alargada:

- é instituído um processo legislativo ordinário que implica a votação por maioria qualificada no Conselho e a intervenção do Parlamento Europeu como co-legislador;
- este processo legislativo é aplicável à maior parte das matérias, reduzindo-se a utilização da votação por unanimidade.

É também instituída uma nova forma de calcular a maioria qualificada no Conselho, que entrará em vigor a partir de 1 de Novembro de 2014:

- o novo sistema de dupla maioria implica que, para que um acto seja adoptado, terão que votar favoravelmente pelo menos 55 por cento dos Estados-membros (o que, na actual União a 27, significa pelo menos 15 Estados-Membros), representando pelo menos 65 por cento da população da União; por oposição, um acto não será adoptado se votarem contra mais de 45 por cento dos Estados-membros ou um número de Estados-membros não inferior a quatro e representando mais de 35 por cento da população da União;
- o actual sistema de cálculo da maioria qualificada, que se baseia na ponderação de votos e se encontra definido no Tratado

de Nice, manter-se-á ainda em vigor até 31 de Março de 2017, coexistindo ambos os sistemas até esta data.

Além disso, foi adoptado um mecanismo baseado no chamado “compromisso de Ioannina”, que permite a um grupo de Estados-membros que não tenha conseguido bloquear a adopção de uma decisão levar, ainda assim, o Conselho a reconsiderar o assunto:

- entre 1 de Novembro de 2014 e 31 de Março de 2017, se 75 por cento dos Estados ou da população necessárias para constituir uma minoria de bloqueio lho solicitarem, o Conselho não votará imediatamente um acto, devendo continuar a debatê-lo e a procurar uma solução durante um prazo razoável; a partir de 1 de Abril de 2017, essa percentagem será de 55 por cento.

### Políticas mais ambiciosas

#### O que faz a União Europeia?

O Tratado de Lisboa contém disposições novas que permitem explicar melhor as tarefas desempenhadas pela União Europeia. A União não pode legislar em todo e qualquer domínio, distinguindo-se três categorias de competências:

- as competências exclusivas, em que apenas compete à União intervir. São elas: a união aduaneira; o estabelecimento das regras de concorrência necessárias ao funcionamento do mercado interno; a política monetária para os Estados-membros cuja moeda seja o euro; a conservação dos

sua; e os domínios da cooperação para o desenvolvimento e da ajuda humanitária, sem que o exercício dessa competência possa impedir os Estados-membros de exercerem a sua;

- as competências complementares, destinadas a apoiar a acção dos Estados-membros, não se lhes podendo contudo a União substituir, e que são: a protecção e melhoria da saúde humana; a indústria; a cultura; o turismo; a educação, formação profissional, juventude e desporto; a protecção civil; e a cooperação administrativa.

O Tratado de Lisboa introduz alterações em diversas políticas da União, e acrescenta novas políticas que, embora existindo na prática, não estavam ainda plasmadas no texto, ou estavam apenas descritas de forma incompleta.

As duas políticas da União Europeia que sofrem modificações mais profundas no novo Tratado são a política externa e de segurança comum e o espaço de liberdade, segurança e justiça.

#### O espaço de liberdade, segurança e justiça

O espaço de liberdade, segurança e justiça, também conhecido como política de justiça e assuntos internos, inclui, por exemplo, as regras que permitem às pessoas circular livremente na União Europeia, ou que facilitam acções judiciais ou investigações criminais que envolvem vários Estados-membros. É uma política que compreende diversas áreas de actuação, sujeitas a procedimentos e regras

cessos legislativos ordinários, o que as torna mais eficazes e mais democráticas, nomeadamente através da intervenção do Parlamento Europeu e da sujeição destes domínios ao controlo do Tribunal de Justiça.

### Política externa e de segurança comum

A política externa e de segurança comum (PESC) continua a ser sobretudo intergovernamental, sendo também conhecida como “segundo pilar”. O Tratado de Lisboa introduziu importantes alterações no âmbito da PESC, visando dar-lhe mais coerência e eficácia:

- a inovação mais significativa é a criação do cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, já mencionado acima;
- é prevista a possibilidade de se estabelecer uma cooperação estruturada permanente em matéria de defesa, entre os Estados-membros que o desejem;
- são introduzidas pela primeira vez disposições que regulam a política de ajuda humanitária da União Europeia;
- o novo Tratado inclui ainda uma cláusula de solidariedade, criando a obrigação para a União e para os Estados-membros de assistirem um outro Estado-membro que seja vítima de um ataque terrorista ou de uma catástrofe natural ou humana.

### Novas políticas para novos desafios

É importante que os Tratados europeus estejam equipados com os instrumentos necessários para permitir que a União, e os Estados-membros, possam corresponder



recursos biológicos do mar, no âmbito da política comum das pescas; e a política comercial comum;

- as competências partilhadas, podendo agir a União e os Estados-membros: o mercado interno; a política social, no que se refere aos aspectos definidos no Tratado; a coesão económica, social e territorial; a agricultura e pescas, com excepção da conservação dos recursos biológicos do mar; o ambiente; a defesa dos consumidores; os transportes; as redes transeuropeias; a energia; o espaço de liberdade, segurança e justiça; os problemas comuns de segurança em matéria de saúde pública, no que se refere aos aspectos definidos no presente Tratado; os domínios da investigação, do desenvolvimento tecnológico e do espaço, sem que o exercício dessa competência possa impedir os Estados-membros de exercerem a

muito diferentes:

- a cooperação judiciária em matéria penal e a cooperação policial são áreas actualmente submetidas a um processo de decisão intergovernamental (também conhecido como “terceiro pilar”): o Conselho delibera por unanimidade, o Parlamento Europeu não tem poder, e o Tribunal de Justiça da União Europeia não tem jurisdição;
- a imigração, o asilo, a livre circulação de pessoas e a cooperação judiciária em matéria civil, são já áreas sujeitas a processos de decisão mais próximos dos processos comunitários, mas ainda com importantes diferenças e excepções.

Estas políticas têm um impacto directo na vida das pessoas. O novo Tratado de Lisboa vem alterar a situação actual, passando a submeter a generalidade destas áreas ao pro-

aos desafios que o futuro nos reserva e às aspirações dos nossos cidadãos. O Tratado de Lisboa introduz novas políticas, que conferem competências à União para agir em diversos domínios, como por exemplo:

- a consagração do objectivo de combater as alterações climáticas, no âmbito da política de ambiente;
- a introdução de disposições específicas sobre a política energética, incluindo a promoção da eficiência e poupança energética, bem como o desenvolvimento de energias novas e renováveis;
- uma cláusula social geral, introduzindo a obrigação, para a União Europeia, de tomar em consideração exigências sociais na definição e aplicação de todas as suas políticas e acções;
- novas disposições prevendo políticas europeias em domínios como o espaço, o turismo, o desporto e a protecção civil.

## OPINIÃO



ARTUR PENEDOS

*Os que criticam as notícias plasmadas no "AS" e que as classificam como de "mar de rosas", revelam intolerância face aos factos!*

## O "SOL" À "SOMBRA" DO "ACÇÃO SOCIALISTA"!

"QUASE ninguém lê o 'Acção Socialista' (creio mesmo que nem os militantes do PS)". Esta afirmação é reproduzida num semanário português que, pelos vistos e contrariando aquilo em que parece acreditar – que nem os militantes lêem o órgão oficial do partido – se lhes substitui, dedicando ele próprio, uma atenção que seria obrigação de outros.

Merecer a atenção de tão "ilustres" *opinion makers*, creio, poderá ser motivo de satisfação para os socialistas, para o "Acção Socialista" e para quem o dirige.

Há, no entanto, na referida notícia [semanário "O Sol", de 29.12.2007, pág, 6] uma orientação crítica à divulgação dos factos que, quinzenalmente, o "AS" leva aos aderentes do partido socialista e, essa deve merecer, no mínimo, uma reflexão da nossa parte, da parte dos que lêem (!) o "AS".

Os que criticam as notícias plasmadas no "AS" e que as classificam como de "mar de rosas", revelam intolerância face aos factos!

Confundir factos com um idílico "mar de rosas" não abona nada em favor dos que têm por missão, na sua vida profissional, contribuir para informar, de forma isenta, a sociedade em que se inserem.

Mistificar ou pôr em causa a legitimidade e competência de outros profissionais da informação – que alguns pretendem ver diminuídos – para produzirem e publicarem entrevistas no "AS" (neste caso ao ministro da Justiça) afigura-se-me verdadeiramente inaceitável e, creio, interfere claramente com o direito de liberdade de imprensa.

Daí que valha a pena conceder a quem lê o nosso jornal, cada vez mais, informação baseada em factos. Assim e tendo em vista contribuir para um melhor e mais detalhado conhecimento, não só dos socialistas (os que lêem o "AS", claro!), mas também os que o usam para os fins mais diversos, detenhamo-nos sobre os seguintes aspectos:

Na linha do tal "mar de rosas", inclui-se o aumento do salário mínimo nacional. Por mais que custe a alguns, a verdade é que em 2008 o Governo concedeu aos trabalhadores portugueses o maior aumento da última década! Para que não reste a mínima dúvida, os mais cépticos podem constatar a veracidade da afirmação.

Acontece ainda que, da observação do quadro podem retirar-se outras conclusões de que destacamos uma, muito grata aos socialistas:

Na última década o PS sempre promo-

veu aumentos do salário mínimo nacional mais elevados do que os do governo de direita PSD-CDS/PP.

Se dividirmos a última década em três períodos de governação, 1997/2001; 2003/2005 e 2006/2008 – dois de governação socialista e um de direita – poderemos evidenciar, com rigor, quem é que governa com preocupações sociais.

Na última década o PS sempre promoveu aumentos do salário mínimo nacional mais elevados do que os do governo de direita PSD-CDS/PP.

No primeiro período, com o PS, os trabalhadores tiveram, em média, aumentos mensais superiores a 13 euros; no segundo, com um Governo de direita, o aumento médio não chegou aos 9 euros (!!!) e, finalmente, com o governo de José Sócrates o aumento médio mensal é superior a 17 euros!!!

Os que criticam as notícias plasmadas no "AS" e que as classificam como de "mar de rosas", revelam intolerância face aos factos e tentam diminuir, desvalorizar um benefício – justo e necessário, diga-se em abono da verdade – pondo-o em confronto com os habituais aumentos anuais, como se estes ocorressem pela primeira vez!

Será legítimo, haverá seriedade intelectual nas omissões da realidade – todas as sociedades aumentam anualmente e algumas mais do que uma vez, os bens de consumo – para desvalorizar a importância do aumento do salário mínimo? Socorrendo-nos de uma expressão usada na notícia que motivou o presente artigo, diremos que se trata de uma forma de abordagem que temos por verdadeiramente afrontosa.

Outro aspecto que parece ter dado grande satisfação ao autor foi a ideia, transmitida pelo Partido Socialista, de que estamos perante um governo com resultados.

## EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NA ÚLTIMA DÉCADA

1997	282,81	
1998	293,79	(10,98)
1999	305,76	(11,97)
2000	318,23	(12,47)
2001	334,19	(15,96)
2002	348,01	(13,82)
2003	356,60	(8,59)
2004	365,60	(9,00)
2005	374,70	(9,1)
2006	385,90	(11,20)
2007	403,00	(17,1)
2008	426,00	(23,0)

Por mais que custe a alguns, assim é! Por mais que custe a aceitar, o Governo tem resultados!

O Governo prometeu aos portugueses um Complemento Solidário para Idosos, a concretizar no espaço de quatro anos (durante a legislatura). No final do 3º trimestre/2007 já beneficiavam desse complemento 52.325 Idosos!

O Governo prometeu, cumpriu e antecipou a aplicação do Complemento Solidário. Na promessa do governo, convém não esquecer, só em 2009 os cidadãos com mais de 65 anos beneficiariam do complemento. O Governo antecipou a concretização num ano!

Em 2008, todos os idosos com mais de 65 anos e menos de 300 euros de rendimento, terão direito ao Complemento Solidário!

Por mais que custe a aceitar, o Governo tem resultados!

O Governo prometeu, igualmente, reduzir os tempos médios de atribuição do Rendimento Social de Inserção e acabar com a diferenciação entre RGG e RSI: o Governo cumpriu.

Em Portugal há 113.045 famílias (304.082 beneficiários) a receber Rendimento Social de Inserção e acabaram-se as diferenças neste tipo de apoio social.

Em 2005 eram necessários 184 dias para se conseguir receber o subsídio. Dois anos e meio depois (Setembro 2007), os portugueses esperavam apenas 113 dias! Como facilmente se percebe o Governo tem resultados!

O Governo prometeu uma nova geração de políticas sociais, dirigidas à infância, às pessoas com deficiência e aos idosos. O Governo cumpriu! Tem resultados!

A Rede de Equipamentos para eliminar as dificuldades com que se debatem as famílias em resultado da falta de creches, lares de idosos e equipamentos para as pessoas com deficiência está a alargar.

Para concretizar o projecto, o Estado disponibiliza uma comparticipação de 234,9 milhões de euros para investir na criação de novos equipamentos; o país terá mais 43.462 novos lugares em creches, lares de idosos e equipamentos para pessoas com deficiência e essa oferta permitirá a criação de cerca de 10 mil novos postos de trabalho.

Efectivamente, o Governo tem resultados e ninguém pode ou deve escamoteá-los, por mais que a verdade doa!

Mas a acção do Governo do PS, liderado pelo camarada José Sócrates, não se fica por aqui, vai mais longe.

Prometeu combater a fraude e evasão contributiva na Segurança Social e cumpriu.

Em dois anos e meio arrecadou 726 milhões de euros; levou a Segurança Social para o *ranking* dos modelos mais seguros em matéria de sustentabilidade financeira e concretizou a reforma da segurança social!

A Segurança Social era vista internacionalmente como um regime inseguro e não fiável.

Dois a nos e meio depois, a Segurança Social portuguesa está no *ranking* dos modelos mais seguros!

Fez a convergência dos sistemas de Segurança Social. Trata os cidadãos com equidade. Com o novo regime de protecção na reforma ninguém poderá construir carreiras contributivas artificiais. O regime, para segurança dos pensionistas actuais ou futuros, mantém-se no sector público.

É aqui que maior segurança oferece aos cidadãos.

Os socialistas podem sentir-se orgulhosos do Governo que deram ao país.

Com a alteração da forma de cálculo, especialmente o modelo de indexação, valorizam-se as longas carreiras contributivas e promove-se o envelhecimento activo. Trabalhar para além da idade legal de reforma dará uma bonificação mensal da pensão que pode ir de 0.33 por cento a 1.0 por cento.

Estabeleceu-se um "tecto" máximo para as pensões e introduziu-se um factor de sustentabilidade que se conjuga com a esperança de vida e que se traduz na seguinte regra opcional: Trabalhar mais algum tempo; descontar um pouco mais; ver ligeiramente reduzido o valor da reforma.

Com esta reforma e com este Governo os portugueses podem estar tranquilos em relação ao futuro. Ninguém ficará sem a sua reforma! A solidariedade intergeracional está assegurada.

Em matéria de Concertação Social dispensamo-nos de voltar a detalhar o papel que o Governo tem vindo a desenvolver! Bastará reafirmar que, em apenas dois anos e meio, concretizou cinco acordos sectoriais!!!

Prometeu uma eficaz política de concertação e cumpriu! Tem resultados!

Pelos factos apresentados e, é de factos que importa falar, fica demonstrado que os socialistas têm razões para pensar que estamos perante um governo com resultados e, por isso, como afirmei já noutros momentos, os socialistas podem sentir-se orgulhosos do Governo que deram ao país.

## OPINIÃO

JORGE FÃO  
Deputado do PS

*A guerra à sinistralidade rodoviária tem que constituir uma luta solidária da sociedade portuguesa e a contínua diminuição do número de acidentes um objectivo nacional*

## SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA – É PRECISO CONTINUAR A TRAVAR

NO ANO 2000 morreram nas estradas portuguesas 1629 pessoas e 6918 ficaram feridas com gravidade, parte delas acabando por falecer nos hospitais e alguns milhares irremediavelmente incapacitadas para toda a vidas provocando incalculáveis custos emocionais e económicos às famílias e ao país.

Volvidos sete anos, sente-se que o caminho percorrido é encorajador. Este dramático problema nacional tem vindo a corrigir a sua trajectória e, sem deixar de continuar a ser profundamente preocupante, o balanço das vítimas da rodovia é, no final de 2007, revelador de um contínuo de algumas melhorias e sobretudo motivador para o combate sem tréguas a este drama da morte nas nossas estradas.

A verdade é que a brutalidade dos números continua a não deixar ninguém indiferente.

Apesar de em 56 dias do ano de 2007

não ter felizmente havido nenhuma vítima mortal na estrada, nos momentos imediatos aos 166.000 acidentes registados pelas forças de segurança, 42.631 cidadãos foram feridos leves, 3090, graves e 858 perderam a vida.

Embora realçando que em relação ao ano de 2006 a estatística confere que houve menos 1023 acidentados ligeiros e menos 393 graves, é trágico confirmar que este ano morreram mais oito pessoas nas estradas do continente.

O desafio esta definido, temos inevitavelmente que travar o drama da morte nas estradas portuguesas.

O Governo, através da nova Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária está empenhado no aprofundamento do estudo das causas deste problema e em consequência no estabelecimento de novos e mais ambiciosos objectivos, no aperfeiçoamento das políticas para o ensino da técnica da condução, o aumento

da formação cívica dos condutores, a eficácia da fiscalização e a melhoria da resposta no apoio e socorro às vítimas.

Paralelamente é indispensável prosseguir a tarefa de cativar e mobilizar a parceria de cada vez mais Instituições da sociedade civil, autarquias e governos civis para a grande tarefa da informação e sensibilização de todos os utentes da rodovia, dos mais jovens aos mais idosos, para a importância da prevenção do risco, da atitude cívica, do respeito pelas leis.

A comunicação social, particularmente a escrita, tem feito um trabalho de informação e alerta que é de realçar, importa agora que outros *media* sigam este bom exemplo.

As forças de segurança, os bombeiros e os serviços de urgência/emergência terão que ver aumentados e melhorados os meios de intervenção de que devem dispor para lhes permitir qualificar ainda

mais a eficácia do grande trabalho que já hoje desenvolvem.

Sem fundamentalismos delirantes que poderiam desmobilizar o colectivo para esta grande causa e dividir esterilmente os cidadãos na dialéctica das discórdias, é preciso continuar a combater com determinação o consumo de álcool e drogas nos condutores, os exageros da velocidade e a inconsciência das manobras perigosas.

A guerra à sinistralidade rodoviária tem que constituir uma luta solidária da sociedade portuguesa e a contínua diminuição do número de acidentes um objectivo nacional.

Este é um campeonato onde todos tem que jogar sempre com mais perfeição para melhorar constantemente os resultados, única forma de fazermos de Portugal um verdadeiro campeão da redução do número de vítimas dos acidentes nas nossas estradas.

# Empresas do interior algarvio têm direito a benefícios fiscais

UNIVERSIDADE MERIDIONAL DO PS/ALGARVE

O SECRETÁRIO de Estado dos Assuntos Fiscais, João Amaral Tomás, garantiu, em Faro, que o Algarve é abrangido pelo novo regime da interioridade, que aumenta os benefícios fiscais para as empresas do interior, no âmbito do apoio à actividade empresarial e à competitividade da economia nacional

Em Faro, onde apresentou as principais medidas legislativas e instrumentais da política fiscal definida pelo Governo para 2008, em mais uma sessão integrada no curso de Política e Administração Pública da Universidade Meridional promovida pela Federação do PS/Algarve, Amaral Tomás referiu que às empresas já instaladas, ou que venham a ser criadas no interior algarvio, será aplicada uma redução das taxas de IRC de, respectivamente, 15 e 10 por cento.

O secretário de Estado desfez assim os receios dos autarcas do interior algarvio que, em Setembro deste ano, alegaram ter sido excluídos destes incentivos fiscais.

Para além das inovações em matéria de apoio à actividade empresarial, desenvolvimento da actividade



das pequenas e médias empresas e reforço da competitividade da economia nacional, o secretário de Estado destacou, como outras principais medidas legislativas introduzidas pelo Orçamento de Estado (OE) para 2008, os incentivos a áreas prioritárias no domínio da reabilitação urbana.

Assim, apontou, entre outras novidades deste novo regime extraordinário, a isenção de impostos nos domínios do património (IMI) e de rendimento (IRC), bem como a tributação à taxa de reduzida de IVA.

Amaral Tomás referiu ainda a protecção ambiental e o aprofundamento

da reforma da tributação de veículos; a melhoria da equidade do sistema fiscal; o reforço da eficácia da administração, da simplificação e redução dos custos de contexto e a harmonização fiscal comunitária, como outras das principais medidas legislativas do OE para 2008.

Segundo o secretário de Estado, os objectivos da política fiscal do Governo continuarão a ser suportados em medidas instrumentais, que visam a intensificação da utilização das tecnologias da informação e comunicação e a confirmação do combate à fraude e evasão fiscais e planeamento abusivo. No que se refere a esta última matéria, Amaral Tomás disse terem sido feitos progressos durante a presidência de Portugal da União Europeia, sublinhando que, face a “esta nova realidade”, há necessidade de os países introduzirem procedimentos de alerta precoce que previnam as práticas ilícitas.

## PS/Sardoal culpa presidente da Câmara pela água imprópria para consumo

A COMISSÃO Política Concelhia do PS/Sardoal “responsabiliza politicamente” o presidente da Câmara local, como primeiro responsável pela prevenção e protecção da saúde pública municipal, pelo facto de milhares de sardoalenses e forasteiros terem andado a beber água da rede pública com fungicida durante, pelo menos, quatro meses.

Em comunicado, a Concelhia socialista refere que vai requerer a “convocação de uma Assembleia Municipal extraordinária”, com carácter de urgência, para debater o abastecimento de água imprópria para consumo na rede pública do Sardoal e promover a curto prazo “um debate aberto a toda a população, com a presença de técnicos das áreas da saúde, ambiente e florestas” sobre as consequências da presença de fungicidas nos terrenos e águas do concelho.

O PS/Sardoal, afirmou ao “Acção Socialista” Fernando Vasco, líder da Concelhia, “considera da mais alta irresponsabilidade política, a omissão da execução dos mecanis-

mos exigidos relativamente à salvaguarda de valores fundamentais dos municípios, como seja o direito a usufruir de água com qualidade certificada pela Câmara Municipal, já que, em 28 de Agosto de 2007 foi efectuada uma análise à água na freguesia de Valhascos cujo resultado se encontrava disponível em 10 de Outubro de 2007 que só foi levantada pela Câmara Municipal em 3 de Janeiro de 2008”.

E em 23 de Outubro de 2007, continuou, “foi efectuada uma segunda análise à água na freguesia de Alcaravela cujo resultado se encontrava igualmente disponível em 27 de Novembro de 2007 e só foi levantado pela Câmara Municipal em 10 de Janeiro de 2008”.

Segundo Fernando Vasco, “ambas as análises acusavam a presença na água de um fungicida de grande toxicidade. A primeira apresentava um valor de 200 por cento superior ao máximo indicado legalmente e a segunda um valor de 100 por cento superior ao máximo previsto na lei”.

### OPINIÃO



VENTURA LEITE  
Deputado do PS

jleite@ps.parlamento.pt

*Mas o nosso maior problema não esteve, nem está, nos interesses económicos quando são legítimos e respeitam o quadro democrático nacional, mas sim nas vistas curtas dos agentes com mais responsabilidade na política e na economia, e que condicionam o ritmo e o rumo do país com as suas limitações e falta de visão*

## DA OTA PARA ALCOCHETE: DUAS LIÇÕES NECESSÁRIAS

A ESCOLHA de Alcochete para local do futuro aeroporto de Lisboa levou à retoma imediata, entre os que defendiam a Ota (inclusive dentro do PS), das tradicionais suspeições de que os interesses económicos tinham sido os determinantes. Como se não houvesse interesses económicos na defesa da Ota!

No jantar comemorativo do último 10 de Junho, em Setúbal, fiquei na mesma mesa em que ficou o actual chefe do Estado-Maior da Força Aérea. Durante o jantar um deputado do PCP trouxe para a conversa a localização do novo aeroporto.

Uma vez que o próprio general se mostrou disponível para o assunto, aproveitei a oportunidade para lhe colocar algumas questões, a que reagiu com a maior simpatia:

Perguntei-lhe, então, se era verdade que o aeroporto do Montijo era insusceptível de utilização simultânea com o aeroporto da Portela como diziam os estudos e argumentavam os defensores da Ota, por conflitualidade dos respectivos corredores aéreos.

O CEMFA respondeu-me com manifesto gosto, pois, como referiu, “tinha sido comandante da Base Aérea do Montijo, e tinha sido piloto”.

Assegurou-me então o seguinte (as palavras são minhas) “Era só o que faltava um avião no Montijo estar dependente da Portela para levantar ou aterrar”. “Ainda por cima com os sistemas de comunicação actuais”!

Dias depois, na Sala do Senado da Assembleia da República, no mesmo dia em que o Governo anunciava a encomenda ao LNEC da avaliação das localizações da Ota e de Alcochete, a responsável da NAER apresentava aos deputados da nação um conjunto de slides onde constava a referida incompatibilidade dos corredores aéreos do Montijo e da Portela!

Mas, como que isto era possível? Como é que duas entidades com altas responsabilidades na área da aeronáutica afirmavam o oposto sobre uma matéria que era potencialmente decisiva no condicionamento de decisões políticas da maior relevância?

Mesmo para o mais distraído, a escolha do Campo de Tiro de Alcochete para o novo aeroporto de Lisboa, anunciada ontem, não pode deixar de suscitar uma interrogação, tão simples quanto incontornável:

Como é possível que uma localização, nunca antes estudada, possa, em seis meses, ser estudada e avaliada comparativamente com uma

outra estudada longamente ao longo de anos, e sustentar uma mudança de decisão crucial na realização investimentos estratégico de mais de 3000 milhões de euros?

A resposta só pode, em concreto, ser uma.

No nosso Estado, e na nossa classe política, têm convivido com relativa tranquilidade a competência e a incompetência.

Muitas vezes sentimos uma frustração dilacerante quando sabemos que um projecto de investimento pode levar até uma década a ser aprovado pelas instâncias do Estado, e que uma decisão dessa natureza pode levar meses noutro país.

O que acaba de acontecer com o estudo comparativo das localizações da Ota e do Campo de Tiro de Alcochete evidenciou, entre outras, duas coisas simples:

Primeira: que em Portugal podemos fazer as coisas importantes muito mais rapidamente, e que quando o Estado não é capaz de dar uma resposta isso não significa que não haja quem o saiba e possa fazer. Foi assim que fez há cinco séculos o Infante D. Henrique quando preparou a nossa aventura marítima! ... Que tristeza....

Segunda: que as dinâmicas da sociedade são decisivas na forma e na capacidade de uma sociedade reagir quer a circunstâncias difíceis quer às oportunidades de progresso. Hoje, grande parte da classe política ainda se acha a si própria como fundamental no ritmo e no rumo da evolução do País, não estimulando nem estando interessada na dinâmica das forças vivas da sociedade, sobretudo quando não as controla.

Muito do que se discutiu recentemente à volta da Ota teve origem, obviamente, em interesses económicos, mas muito também teve origem apenas em oportunismo político e atitude anti-progresso.

Alguns intelectuais caíram do cavalo ao defenderem tenazmente a Ota apenas como resposta ao oportunismo do PSD, ajudando a alimentar suspeitas sobre as motivações económicas daqueles que apresentaram um estudo alternativo de localização.

Mas o nosso maior problema não esteve, nem está, nos interesses económicos quando são legítimos e respeitam o quadro democrático nacional, mas sim nas vistas curtas dos agentes com mais responsabilidade na política e na economia, e que condicionam o ritmo e o rumo do país com as suas limitações e falta de visão.

## OPINIÃO



VITOR PEREIRA  
Deputado do PS

*Num tempo em que as novas tecnologias, no domínio informático e das telecomunicações, são susceptíveis de ser utilizadas na perpetração dos crimes mais graves e hediondos, a União Europeia decidiu, por via daquela Directiva, harmonizar as legislações dos Estados-membros dotando-os dos necessários instrumentos para combaterem a criminalidade grave, nomeadamente o crime organizado e o terrorismo*

## CONSERVAÇÃO DE DADOS DE COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS

FOI APROVADA na generalidade, na Assembleia da Republica, no passado dia 4 de Janeiro, a proposta de lei nº 161/X, apresentada pelo Governo, que visa transpor para o ordenamento jurídico português a Directiva nº 2006/24/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Março de 2006, relativa à conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações electrónicas publicamente disponíveis ou de redes públicas de comunicações.

Num tempo em que as novas tecnologias, no domínio informático e das telecomunicações, são susceptíveis de ser utilizadas na perpetração dos crimes mais graves e hediondos, a União Europeia decidiu, por via daquela Directiva, harmonizar as legislações dos Estados-membros dotando-os dos necessários instrumentos para combaterem a criminalidade grave, nomeadamente o crime organizado e o terrorismo.

Com esta transposição pretende dar-se cumprimento aquela Directiva que, no essencial, obriga os fornecedores dos serviços de telecomunicações electrónicas publicamente disponíveis ou de uma rede pública de comunicações, a conservar certos dados de comunicação especificamente definidos, para que possam ser acedidos pelas autoridades competentes, exclusivamente para fins de investigação, detecção e repressão de crimes graves.

Ao regular em que circunstâncias é permitido restringir direitos liberdades e garantias, designadamente o direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar, o direito da inviolabilidade do domicílio, da correspondência e dos outros meios de comunicação privada, e o direito da protecção dos cidadãos perante o tratamento de dados pessoais informatizados, esta proposta de lei consignou, de uma forma cuidada, rigorosa e segura, as condições de conservação, acesso e destruição de dados no estrito respeito pelos princípios jurídico-constitucionais da necessidade, da adequação e da proporcionalidade.

Esta proposta de lei tem por finalidade regular a conservação e a transmissão de dados de tráfego e de localização relativos a pessoas singulares e a pessoas colectivas, com vista à identificação do assinante ou utilizador registado, para fins de investigação, detecção e repressão de crimes graves.

Ela considera crimes graves os que, segundo a legislação processual penal, admitem a interceptação e a gravação de conversações ou comunicações telefónicas e estatui que o período de conservação dos dados é de um ano – apenas metade do período de conservação máximo permitido pela Directiva.

Por outro lado, proíbe a conservação de dados relativos ao conteúdo das comunicações, consigna que o acesso a estes dados apenas pode ser solicitado pelo Ministério Público ou pela autoridade de polícia criminal competente, ficando sempre dependente da decisão do juiz e assegura ainda que as pessoas encarregues de executar as obrigações nela contidas devem estar especialmente autorizadas e registadas junto da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd), que é a entidade administrativa independente a quem é atribuída a função de fiscalização do cumprimento de tais obrigações.

Temos assim que esta proposta de lei está apetrechada com todos os mecanismos necessários à detecção e repressão da criminalidade grave ao mesmo tempo que assegura o escrupuloso respeito pelos direitos liberdades e garantias dos cidadãos.

## OPINIÃO



MARIA JOSÉ  
GAMBOA  
Deputada do PS

*O Partido Socialista orgulha-se de ter sido, mais uma vez, o seu Governo como aconteceu com os professores do ensino básico e secundário, a consagrar na lei um direito elementar destes trabalhadores, aprofundando desta forma a justiça e coesão social*

## O GOVERNO CUMPRIU: PROTECÇÃO NO DESEMPREGO DE TODOS OS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O GOVERNO do Partido Socialista iniciou um programa de modernização da Administração Pública (AP) que no fundamental pretende oferecer aos portugueses serviços públicos de qualidade e aos seus trabalhadores e trabalhadoras um contexto de trabalho com capacidade de ser competitivo, face ao mercado, dignificando desta forma as suas competências profissionais, as suas carreiras e o mérito que lhes é merecidamente reconhecido.

Neste sentido, a modernização da Administração insere-se no reforço da estratégia de crescimento de Portugal.

A centralidade do processo desta reforma envolve o aproveitamento e valorização dos recursos humanos, dos seus interesses, aspirações e direitos.

É neste contexto que o Governo reconhecendo a imperiosa necessidade de criar condições de protecção efectiva em situações de desemprego de funcionários e agentes da Administração Pública apresentou à Assembleia da República a proposta de lei 163 /x referente a um conjunto de matérias das quais se destaca a protecção no desemprego dos trabalhadores da administração pública que se encontram em situação laboral precária.

Desta forma, o Governo cumpre o acórdão do Tribunal Constitucional 447/2002 de 18 de Dezembro, as várias recomendações do provedor de justiça a este propósito e os preceitos constitucionais.

Cumpra também o Governo os compromissos do Partido Socialista, garantindo mais justiça social.

Está agora assegurada a protecção no desemprego a todos os trabalhadores da AP.

Assim, no caso da eventualidade de desemprego ocorrer no decurso do ano de 2008, compete aos serviços a que os trabalhadores se encontram vinculados, a atribuição e o pagamento do subsídio de desemprego, sendo, partir de 2009, tal competência assegurada pelos serviços da segurança social, lê-se no texto aprovado no passado dia 21 de Dezembro no plenário da Assembleia da República.

Esta decisão do Governo vem responder a uma legítima e antiga aspiração dos trabalhadores da função pública e das suas organizações representativas.

O Partido Socialista orgulha-se de ter sido, mais uma vez, o seu Governo como aconteceu com os professores do ensino básico e secundário, a consagrar na lei um direito elementar destes trabalhadores, aprofundando desta forma a justiça e coesão social.

Mesmo em tempos de reconhecida necessidade de equilíbrio da contas públicas, que naturalmente encerra a contenção da despesa, não deixou o governo do PS de aprovar mais uma vez medidas que reforçam a equidade, a justiça e a coesão social.

Cumprimos a nossa missão, comprometendo-nos uma vez mais com os trabalhadores e os seus direitos.

## Marcos Sá defende estratégia do Governo para sector da água



NO DIA 14 de Janeiro, o deputado Marcos Sá participou num debate intitulado “Evolução do Sector da Água e Saneamento – Perspectivas futuras?”, em representação do Grupo Parlamentar do PS, no âmbito das comemorações dos 20 anos da APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de

Águas. Este debate decorreu no auditório Olga Cadaval, em Sintra, foi moderado pela jornalista Judite de Sousa e contou com representantes de todos os grupos parlamentares.

Marcos Sá reafirmou que é do interesse nacional que o país continue a fazer uma clara aposta estratégica no sector, implemen-

tando modelos de organização que promovam a sua sustentabilidade. Essa aposta deve ter como último objectivo servir, de forma regular e contínua, o máximo de população com um elevado nível de qualidade do serviço, a um preço comportável e dentro de uma perspectiva ambientalmente sustentável.

# Deputados socialistas de Braga com a Saúde



OS DEPUTADOS socialistas eleitos pelo círculo de Braga cumpriram “24 horas com a saúde”, num conjunto de visitas e reuniões de trabalho com profissionais do sector de saúde na área de influência do Centro Hospitalar Alto Ave.

A organização dos cuidados de saúde primários através da constituição das Unidades de Saúde Familiar (USF) foi um dos objectivos desta acção inédita, tendo sido visitados 16 serviços e organismos nos concelhos Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães e Vizela.

A abertura de quatro novas USF em Guimarães (duas na cidade e duas nas Caldas das Taipas) e o funcionamento de outras unidades foi um dos temas dos encontros que os vários deputados mantiveram ao longo de um dia. O distrito de Braga é o segundo a nível nacional com maior número de USF, o que confirma a capacidade de iniciativa e o empenhamento de muitos profissionais na sua constituição. As USF são constituídas por iniciativa própria dos médicos, enfermeiros e pessoal administrativo, organizando equipas coesas e motivadas.

A articulação entre os Hospitais (Guimarães e Fafe), os Centros de Saúde e as USF tem sido uma das preocupações dos diversos responsáveis e foi apontada como uma evidente necessidade para a melhoria da prestação dos cuidados de saúde primários. Para os eleitos socialistas, os “médicos de família são a base dos cuidados de saúde primários e que importa

apostar” para diminuir o acesso às urgências hospitalares, aumentando a relação de confiança entre o médico e o utente. Como exemplo da importância das políticas seguidas, importa referir que com a inauguração das duas USF das Caldas das Taipas – Guimarães, foi reduzido em mais de 3.000 o número de utentes sem médico de família, ficando aquela zona totalmente coberta.

O Centro Hospital do Alto Ave, através dos hospitais de Guimarães e Fafe, abrange uma população de mais de 300.000 habitantes, tem cerca de 25.000 internamentos por ano, 200.000 consultas externas e 125.000 urgências (dados de 2006), estando a desenvolver uma centralização de serviços e de reorganização dos seus recursos, entre as duas unidades hospitalares.

A falta de médicos nalgumas especialidades hospitalares, nomeadamente oftalmologia, urologia e psiquiatria, foi ainda uma das notas retiradas destas visitas, sendo claro que se trata de um problema de âmbito nacional e que “deve ser combatido, com a tomada de medidas que visem a sua resolução”.

O serviço de urgência do Hospital de Guimarães mereceu uma atenção especial por parte dos deputados socialistas, concluindo-se que o número de acessos ao serviço continua muito elevado, levando a que o atendimento nalgumas situações não seja o mais adequado. Continua a haver muitos utentes que procuram a urgência hospitalar quando a solução pode estar a

montante, no relacionamento do médico de família com o próprio utente. Nesse sentido, os deputados consideram que a política da “constituição das USF pode vir a diminuir essa afluência, devendo, no futuro próximo, ser feita uma avaliação sobre o efeito da reestruturação dos cuidados de saúde primários”. Mesmo com a excessiva afluência dos utentes, continua a ser sentida a falta de médicos e a sua estabilidade no serviço, o que acaba por ter consequências no processo de triagem, na avaliação e no encaminhamento dos doentes. A falta de médicos é uma situação que atinge todo o país há décadas, tendo sido um Governo socialista que decidiu abrir duas novas faculdades de medicina, uma das quais instalada na Universidade do Minho.

No início da jornada de trabalho decorreu uma reunião com os diversos profissionais onde foi apontada a necessidade de articulação dos diversos serviços numa melhoria contínua com vista à satisfação das necessidades das populações.

Foram visitados os hospitais de Guimarães e Fafe, os Centros de Saúde de Cabeceiras e Celorico de Basto, Guimarães, Caldas das Taipas e Vizela, diversas Unidades de Saúde Familiar e o CRI – Centro de Respostas Integradas.

Nesta acção estiveram presentes os deputados António José Seguro, Teresa Venda, Miguel Laranjeiro, Isabel Jorge, Isabel Coutinho, Manuel Mota, Ricardo Gonçalves, Sónia Fertuzinhos e Nuno Sá.

## PS de Setúbal vai debater o futuro do distrito

A FEDERAÇÃO do PS de Setúbal, liderada pelo camarada Vítor Ramalho, juntamente com o Departamento das Mulheres e a Juventude Socialista distrital, vão organizar entre os dias 25 a 27 de Janeiro, no Fórum Cultural de Alcochete, um encontro subordinado ao tema “Pensar o Distrito de Setúbal”, o qual será encerrado por José Sócrates, secretário-geral do PS e primeiro-ministro.

São várias as figuras de relevo nacional que contribuirão com a sua presença para que este encontro se revista de um significado estratégico de grande importância.

Caberá ao presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, a primeira intervenção, estando ainda inscritas personalidades como os economistas Teodora Cardoso, João Ferreira do Amaral e Augusto Mateus.

O tema “Coesão Social, as Dinâmicas Sociais e a Imigração” será um assunto a abordar pelo presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), João Proença, pelo professor da Faculdade Clássica de Lisboa, Inocêncio Mata, e Pedro Marques, secretário de Estado da Segurança Social.

O “Ordenamento do Território, as Acessibilidades, o Ambiente e as Autarquias” será também um tema em análise, em que serão

oradores João Ferrão, secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, Ana Paula Vitorino, secretária de Estado dos Transportes, Humberto Rosa, secretário de Estado do Ambiente e Eduardo Cabrita, secretário de Estado adjunto e das Autarquias.

Finalmente, as outras duas questões deste encontro, promovido pela Federação de Setúbal do PS, “As Empresas, as Parcerias e o Futuro” e “As Autarquias e o Futuro”, terão como oradores, entre outros, Carlos Costa, presidente da AECOPS/Setúbal, António Capoulas, presidente da AERSET, Julian Valverde, presidente do grupo empresarial espanhol IMA-THIA e Ignácio Amores, líder do PSOE da região da Estremadura e ex-vice-presidente do Governo da Estremadura e responsável pelas relações com Portugal.

O último painel contará com as intervenções dos presidentes das Juntas de Freguesia da Trafaria, Francisco Parreira, de Alcácer do Sal, Pedro Paredes, dos presidentes das Câmaras Municipais de Grândola, Carlos Beato e do Montijo, Amélia Antunes, e ainda do deputado europeu, Joel Hasse Ferreira e de José Dias Inocêncio, do secretariado de Federação do PS de Setúbal e ex-presidente da Câmara Municipal de Alcochete. **R.S.A.**

## PS/Famalicão mobilizado para conquistar Câmara

“COM UMA equipa forte, encabeçada por um líder que personifique um programa que motive os famalicenses o PS voltará a assumir o poder neste concelho”, afirmou o dirigente socialista e ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, no megajantar, que reuniu cerca de 350 pessoas, promovido pela Concelhia de Vila Nova de Famalicão, na freguesia de Outiz, no âmbito do seu programa de acção política “PS Um Partido de Futuro”.

Na sua intervenção, Augusto Santos Silva disse que “o PS sabe governar bem. Dá disso provas no Governo e deu disso exemplo quando geriu a Câmara Municipal, pelo que é tempo de acabar com as festas e propaganda e dar lugar à política da obra e do investimento que em Vila Nova de Famalicão só o PS sabe protagonizar”.

Por sua vez, o presidente da Comissão Política Concelhia, Nuno Sá, afirmou que a presença massiva no jantar é a prova que se “vislumbra claramente que em Vila Nova de Famalicão o PS é o partido do futuro”, defendendo que “é necessária uma nova maioria para a Câmara e Assembleia Municipal, porque a actual não está a ser capaz de responder aos novos

desafios que se colocam”.

Nuno Sá considerou que “o estilo e cultura política da coligação PSD/PP não estão em consonância com a maioria dos famalicenses”, tendo protagonizado “um conjunto de escândalos sucessivos”.

Para o presidente da Concelhia do PS, “é óbvio, embora tentem disfarçar, que a coligação PSD/PP entrou numa profunda crise desde há alguns meses, sendo isso devido a muitas divisões internas e erros políticos dos membros da Câmara e Assembleia Municipal”.

E acrescentou que “já não é mais possível esconder que a coligação de direita tem sobrevivido e feito a sua imagem à custa das obras herdadas da anterior Câmara do PS e pelo ‘show-off’ permanente da propaganda municipal”.

Outro dos oradores, o presidente da Federação de Braga, Joaquim Barreto, congratulou-se com o “bom trabalho político” que está a ser desenvolvido pelos actuais órgãos e dirigentes do PS/Famalicão, que além da identificação com os cidadãos famalicenses “tem captado muitos novos militantes socialistas, sendo que esta Concelhia é já a maior do distrito e uma das maiores a nível nacional”. **J. C. C. B.**

## OPINIÃO



**JOÃO SEQUEIRA**  
Membro da Comissão  
Nacional do PS

*Os mais destacados dirigentes do desporto nacional foram unânimes em considerar 2007 como um dos melhores anos de sempre do desporto português*

## GRANDE ANO PARA O DESPORTO PORTUGUÊS

POR ESTA altura do calendário é usual fazerem-se balanços sobre o ano que está prestes a terminar e lançar um olhar prospectivo sobre o que começa. É este o propósito deste escrito, focalizado no fenómeno desportivo.

Os mais destacados dirigentes do desporto nacional foram unânimes em considerar 2007, como um dos melhores anos de sempre do desporto português. Esta conclusão, que gerou um consenso pouco usual na nossa história desportiva, fundamentou-se, em grande parte, nos excelentes resultados internacionais do desporto nacional, tanto a nível individual, como a nível colectivo. Todos nós guardamos na memória as enormes alegrias que, por exemplo, a Vanessa Fernandes, o Nelson Évora e a Telma Monteiro nos deram. O país não esquece o orgulho que sentiu nas prestações das selecções nacionais de basquetebol, futebol e râguebi, apenas para citar alguns exemplos. Ora, resultados como estes só são possíveis se a Administração Pública Desportiva assegurar, sem sobressaltos, com fiabilidade, pontualidade e regularidade o financiamento do Alto Rendimento. Foi isso que o Governo garantiu. Até Novembro de 2007 as Federações Desportivas receberam mais de 33 milhões de euros e o Comité Olímpico perto de 4,2 milhões de euros. Ou seja, o Estado, apesar das dificuldades financeiras conhecidas e através de uma política de rigor financeiro, cumpriu a sua parte, proporcionando aos agentes desportivos o clima de segurança e estabilidade financeira há muito reclamado.

Mas, se estes excelentes resultados fortalecem a nossa auto-estima colectiva, demonstrando que podemos, desportivamente, ser tão bons como os melhores, para a posteridade ficarão outros acontecimentos de singular relevância.

O ano começou com a entrada em vigor da Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, que plasmou no nosso ordenamento jurídico um novo rumo para o desporto e actividade física. Em 2007 continuaram a ser executadas medidas como "Saúde e Segurança nas Instalações Desportivas", "O Primeiro Relvado" e "Modernização das Federações Desportivas", a que se juntaram outras como "Mini-Campos Desportivos", "Clubes Históricos - Clubes de Praticantes" e "Centros de Alto Rendimento".

Em suma, 2007 foi um ano em que se materializou de forma definitiva o novo modelo de desenvolvimento desportivo assumido por este Governo. Um modelo que, embora dirigindo medidas específicas para cada um dos seus factores, opta por uma visão inclusiva e integrada do desenvolvimento desportivo, tendo sempre presente o objectivo central da acção governativa - a generalização da prática desportiva.

Os últimos meses deste ano foram pródigos em iniciativas que irão marcar sobremaneira a agenda político-desportiva de 2008. Desde logo, pelo Orçamento do Estado (OE) para este sector, que prevê um aumento de 8,4 por cento relativamente à estimativa de execução de 2007, cumprindo as melhores práticas de finanças públicas, dado que é sustentado no aumento de 12,6 por cento das receitas próprias e que a comparticipação financeira do Estado será reduzida em 6,3 por cento. O mesmo OE que, no âmbito da política fiscal, consagra a isenção do IRS para as bolsas atribuídas pelo Estado aos atletas, para as despesas de formação dos árbitros e juizes que fazem parte dos quadros distritais e que reduz a taxa de IVA que incide sobre a prática de actividades físicas e desportivas para 5 por cento. Estamos perante medidas reclamadas há dezenas de anos pelos agentes desportivos e cuja concretização assume particular importância em ano olímpico.

A parte final de 2007 fica ainda marcada pela tomada de posse do Conselho Nacional do Desporto e pela apresentação, por parte do Governo, a este órgão consultivo de um conjunto de propostas estruturantes para o sector. É o caso do Programa Nacional para a Ética no Desporto, do projecto de diploma relativo à construção, instalação e funcionamento dos ginásios, da proposta de trabalho relativa às competições desportivas profissionais no sistema desportivo português, do projecto de diploma relativo a medidas preventivas e sancionatórias com o objectivo de erradicar do desporto a violência, o racismo, a xenofobia e a intolerância, do ante-projecto de proposta de Lei de luta contra a dopagem no desporto e do projecto de diploma relativo ao Regime Jurídico das Federações Desportivas.

Perante este quadro, podemos afirmar com segurança que se 2007 ficará na história do desporto nacional, 2008 não lhe ficará atrás!

## PS/Estremoz congratula-se com construção do mercado coberto da cidade

A SECÇÃO de Estremoz do Partido Socialista congratulou-se com o anúncio público da Câmara Municipal de Estremoz de iniciar já este ano a construção do mercado coberto da cidade, o que constitui a resolução de um velha ambição da população local.

Para além de ser uma obra que "dará melhores condições a quem vende e a quem compra", os socialistas de Estremoz salientam que o novo mercado coberto libertará o espaço ocupado actualmente pelos vendedores, dando "uma imagem de modernidade ao centro da cidade".

Em comunicado, o PS/Estremoz sublinha ainda o "significativo esforço financeiro" levado a cabo pela Câmara Municipal na construção deste equipamento, orçado em cerca de 400 mil euros.

A secção do PS congratula-se igualmente com o facto de estar



garantida a manutenção do mercado tradicional de sábado, assim como a feira de antiguidades.

Com a construção do mercado coberto, a melhoria das condições de trabalho dos vendedores e a garantia de qualidade do mercado

de sábado e da feira de antiguidades, o PS/Estremoz "demonstra a sua vontade em cumprir o compromisso com os estremocenses de acordo com as bases programáticas do projecto o 'Melhor para Estremoz'". J.C.C.B.

## Melgaço vai ter escola amiga do ambiente

NO ÂMBITO da aposta na educação e nas energias renováveis, a Câmara Municipal de Melgaço, presidida pelo socialista Rui Solheiro, vai construir o segundo centro escolar do concelho, englobando todo o ensino pré-escolar e 1º ciclo, que será autónomo, energeticamente, através da instalação de painéis fotovoltaicos.

Assim, através de um sistema de painéis solares, parte das necessidades daquele estabelecimento escolar serão asseguradas de forma ambientalmente limpa.

O novo centro escolar, que estará pronto para receber cerca de 400 alunos no ano lectivo 2009/2010, terá 14 salas de aula com ligação à Internet, uma bi-



blioteca e um espaço para actividades desportivas.

A nova escola cobrirá todas as ne-

cessidades do concelho, concentrando todos os alunos básicos do ensino básico das 18 freguesias. J.C.C.B.

## Acção Social Escolar aumenta apoios a famílias

VISANDO prosseguir o objectivo de generalização do ensino secundário como patamar mínimo de qualificação dos portugueses, o Governo criou um escalão especial de apoio destinado às famílias de médios ou baixos rendimentos, não abrangidas pela Acção Social Escolar, com filhos que frequentem o ensino secundário.

Os alunos abrangidos por este escalão podem beneficiar de apoio no programa de acesso aos computadores pessoais e à banda larga e aceder a bolsa de mérito.

De acordo com um despacho, é criado o escalão especial do secundário, que poderá abranger alunos do ensino secundário cuja



capitação do agregado familiar se situa entre os 214 e os 272,50 euros.

"No desenvolvimento da acção governativa na área da educação e no âmbito da promoção de medidas de combate à exclusão social

e de igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar, assume especial relevância assegurar a continuidade do apoio socioeducativo, da responsabilidade do Ministério da Educação, aos alunos dos ensinos básico e secundário", lê-se no documento.

E sublinha que o objectivo de generalização do ensino secundário como patamar mínimo de qualificação dos portugueses "implica um esforço suplementar deste apoio, alargando-o, nomeadamente, a alunos do ensino secundário que, não sendo abrangidos pela acção social escolar, pertençam a agregados familiares com baixos rendimentos".



# Governo abre concurso para novo canal generalista

**O Governo aprovou uma resolução prevendo a abertura de um concurso público para a abertura de um novo canal generalista em sinal aberto, no âmbito da televisão digital terrestre. Novo operador será conhecido em 2009.**

“O GOVERNO decidiu que parte do espaço remanescente (na plataforma de frequência digital terrestre) deve ser afectada à difusão em sinal aberto de um novo canal generalista”, declarou o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, no final do Conselho de Ministros.

Segundo referiu Augusto Santos Silva, o Governo determinou que “o concurso público para o lançamento do novo canal generalista de sinal aberto deverá ocorrer até 180 dias depois do acto público do concurso para a plataforma digital terrestre”.

E adiantou que, neste processo, “primeiro tem que ser lançada a plataforma tecnológica e só depois podem ser lançados os concursos para os novos conteúdos dessa plataforma”.

O ministro dos Assuntos Parlamentares explicou que como tecnicamente é possível acomodar



até mais três novos canais na plataforma de sinal aberto e como o Governo só decide lançar um novo canal, há então espaço de espectro que continua remanescente.

“O Governo vai reservar essa quantidade de espectro remanescente para o início de emissões em alta definição dos operadores de televisão licenciados ou concessionados para emitir em sinal aberto”,

ou seja a SIC, a TVI e a RTP, acrescentou Santos Silva.

Na conferência de Imprensa, Augusto Santos Silva disse que as decisões do Governo “permitirão responder às duas manifestações de interesse” que foram colocadas pelos diferentes agentes no processo de consulta pública sobre os desenvolvimentos da televisão digital terrestre em Portugal.

O ministro considerou ainda que as decisões do Executivo socialista “respondem positivamente aos interesses daqueles que manifestaram a vontade de que esta fosse uma oportunidade para o aparecimento de novos operadores no mercado de televisão em Portugal”, mas também “permitem responder às expectativas legítimas dos actuais operadores de televi-

ção, que solicitaram que esta fosse uma oportunidade para pudessem difundir as suas emissões em alta definição”.

Por outro lado, Augusto Santos Silva salientou ser objectivo do Governo incentivar todos os canais de televisão em sinal aberto a poderem emitir em alta definição a partir de 2012.

“Em 2012, deixará de haver emissões em sinal analógico na televisão portuguesa, o que terá como consequência a libertação de mais espectro. Ou seja, a partir de 2012 será possível que todos os canais generalistas em sinal aberto transmitam em alta definição”, disse.

## O QUE É A TELEVISÃO DIGITAL TERRESTRE?

A televisão digital terrestre é o sistema que vai substituir o actual até 2012, baseando-se na difusão de sinal digital, em vez de analógico. Esta tecnologia irá permitir melhor qualidade de imagem, som e alta definição, com hipótese de receber a Internet na televisão e de programar o que se pretende ver no pequeno ecrã.

# Alargado o leque dos beneficiários de apoio judiciário

ENTROU em vigor, no passado dia 1 de Janeiro, o novo regime do acesso ao direito, ou seja, do apoio judiciário e da consulta jurídica.

Com esta lei é alargado o leque dos beneficiários de apoio judiciário, bem como o âmbito da protecção jurídica, passando o apoio judiciário e a consulta jurídica a aplicar-se a mais pessoas e a novas situações.

Assim, alarga-se o leque de beneficiários, através da revisão do critério de insuficiência económica e pela contabilização mais justa do número efectivo de elementos do agregado familiar.

Exemplo: duas pessoas com rendimento líquido do agregado familiar de 9000 euros por ano, o que corresponde a 375 euros líquidos mensais por pessoa. Antes, não tinha direito a consulta jurídica gratuita. Só tem direito a pagamento faseado de taxa de justiça e demais encargos com o processo, a pagamento faseado de honorários do patrono e ou remuneração do solicitador de execução designado.

Para que esta família tivesse direito a dispensa total de taxa de justiça e de pagamento de honorários, o rendimento anual do agregado familiar não podia ser superior a 6350 euros.

Com a nova lei, esta família passa a ter direito a consulta jurídica gratuita, dispensa total do pagamento de taxa de justiça e demais encargos com o processo, nomeação e pagamento de honorários do patrono e ou atribuição de agente de execução.



Por outro lado, para além do alargamento do universo de beneficiários, cresce também o leque de benefícios.

Com o novo diploma que entrou em vigor no primeiro dia do ano, passa a estar também prevista a concessão do benefício de apoio judiciário para quem utilize mecanismos de resolução alternativa de litígios como os sistemas de Mediação Laboral, Mediação Penal, Mediação Familiar ou um centro de arbitra-

gem para resolver conflitos de consumo.

Em determinadas situações, os requerentes podem ainda beneficiar de consulta jurídica sujeita ao pagamento de 30 euros.

## Resolução de conflitos de competências mais simples e ágil

Também no passado dia 1 de Janeiro entrou em vigor o diploma do Ministério

da Justiça que altera o Código de Processo Civil, simplificando e racionalizando o regime dos recursos e a resolução de conflitos de competência entre tribunais.

Em matéria de simplificação do regime dos recursos cíveis, este diploma, que resulta de um amplo debate público, elimina a distinção entre recurso de agravo e recurso de apelação, obrigando também que o requerimento de recursos seja acompanhado das alegações.

Em matéria de racionalização, evita-se, por um lado, que os tribunais superiores e, em especial, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), sejam sistematicamente convocados a decidir questões padronizadas, de escassa importância ou que já tenham merecido várias decisões judiciais no mesmo processo.

Por outro lado, incentiva-se a intervenção do tribunal superior e, em especial, do STJ, quando se trate de apreciar uma causa original ou que permita valorizar o seu papel de «orientador da jurisprudência» do restante sistema judicial.

Também o sistema de resolução de conflitos de competências se torna mais simples e expedito, uma vez que a decisão de uma questão desta natureza passa a realizar-se através de decisão do presidente do Supremo Tribunal de Justiça ou do Tribunal da Relação, consoante os casos, quando hoje envolve uma decisão de um colectivo de magistrados, com formalismos que não se justificam.

# “A maior preocupação é a criação de emprego”

JOSÉ ERNESTO D'OLIVEIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

O aeródromo municipal é uma infra-estrutura de “elevado potencial” para a região, afirma o presidente da Câmara de Évora, José Ernesto d'Oliveira, que, em entrevista ao “Acção Socialista”, adianta que está previsto no PDM acoplar o aeródromo a uma zona industrial “para acolher indústrias de base aeronáutica”.

O autarca socialista refere ainda que a Câmara tem procurado contrariar que o crescimento da cidade se faça apenas com base na construção nova, seguindo um programa de regeneração e de recuperação urbana, e diz que a sua “a maior preocupação” é a criação de emprego no concelho.

J.C. CASTELO BRANCO

**Ao longo deste mandato quais têm sido as prioridades da Câmara?**

Apresentámos aos munícipes eborenses as nossas prioridades estratégicas: promover o desenvolvimento sustentável para um território mais ordenado; melhorar a qualidade de vida das famílias e dos cidadãos; aprofundar os processos de reestruturação dos serviços da câmara e da racionalização dos meios e dos recursos municipais.

No âmbito destas prioridades definimos seis objectivos, sendo que o primeiro foi o de requalificar e modernizar as infra-estruturas e promover o ordenamento do território de acordo com os novos instrumentos de planeamento, inspirados numa nova filosofia de coerência e continuidade da malha urbana da cidade e das freguesias.

O segundo foi o de conceder prioridade à mobilidade urbana na cidade e reforçar a articulação coerente entre a cidade de Évora e as suas freguesias.

O terceiro foi o de potenciar o desenvolvimento económico sustentado através de programas e projectos que visam o acolhimento de novos investimentos e o reforço das condições que permitam ganhos à competitividade da economia local, estimulando a abertura do município ao exterior através de redes de cooperação e parcerias.

O quarto foi o de garantir a qualidade e a sustentabilidade ambiental e o rigor na gestão e uso de recursos como elementos estruturantes e diferenciadores de Évora do século XXI.

O quinto objectivo trata da cultura do património e do desporto e a solidariedade social aliada à transferência tecnológica e à inovação

como pilares do desenvolvimento integrado, sustentado e solidário.

O sexto objectivo visa qualificar e certificar os serviços municipais e maximizar o aproveitamento dos recursos próprios no quadro de rigor administrativo, financeiro e orçamental inerentes à sua adequação aos novos objectivos programáticos.

**Quais as principais iniciativas que estão programadas pelo município para 2008?**

Em 2008 prevemos a conclusão de uma série de projectos como o ramo nascente à Estrada Nacional 18, o início da recuperação urbanística do Rossio de S. Brás e Horta das Laranjeiras, a requalificação do Teatro Municipal Garcia de Resende, a reconstrução do Salão Central, as novas escolas Básicas Integradas do Babelo e dos Canaviais e a Escola de Mobilidade e Cidadania.

Após a aprovação do novo Plano Director Municipal, que acontecerá brevemente, daremos início a alterações ao Plano de Urbanização de Évora, com o intuito de redefinir o zonamento, bem como alguns condicionamentos de ocupação estabelecidos naquele plano, para uma parcela do território municipal que abrange a designada Unidade Operativa de Planeamento e Gestão dos Leões, à qual se atribuiu relevante interesse estratégico para o desenvolvimento económico e social da cidade e, em particular para a revitalização do Centro Histórico de Évora.

Para além destas iniciativas, o orçamento de 2008 reforça as áreas socioeducativas, o centro histórico, património e cultura, o ambiente e as obras municipais.

**Que importância atribui para o desenvolvimento regional o au-**

**tódromo municipal apresentado recentemente pela Câmara?**

O aeródromo municipal apresenta-se como uma infra-estrutura de elevado interesse para o município e para a região. Acolhe a Academia Aeronáutica Internacional de Évora que forma cerca de 100 pilotos de voo comercial por ano. É aqui que recebem toda a formação teórica e prática que os habilita a pilotar nas linhas aéreas de todo o mundo. O aeródromo desenvolve ainda actividades ligadas ao paraquedismo profissional e amador, aos cursos de voo planado e de voo sem motor, a actividades de desporto radical e à formação de mecânicos e outro pessoal de assistência. Serve ainda actividades empresariais ligadas à aviação de suporte à actividade agrícola. Para além disso, tem também funções na área da aviação turística e privada, que explora a paisagem do Alentejo como recurso.

Está previsto no nosso Plano Director Municipal acoplar o aeródromo a uma zona industrial para acolher indústrias de base aeronáutica e estão em curso uma série de outras intervenções com o intuito de melhorar as condições de segurança do aeródromo tais como a construção de uma base de bombeiros, a iluminação da pista, melhores condições de conforto para pilotos e passageiros, comunicações terra-ar, num quadro de investimento progressivo que temos vindo a realizar, lutando por condições que permitam cumprir o objectivo estratégico de possuir um bom aeródromo do tipo II, de acordo com a legislação em vigor.

Não posso deixar de referir que é no nosso aeródromo que de dois em dois anos decorre o Portugal Air Show, a principal mostra aeronáutica da Península Ibérica.





**Como tem procurado compatibilizar o forte crescimento populacional registado nos últimos anos com um bom ordenamento do território e a manutenção dos padrões de qualidade de vida?**

Permitindo que esse crescimento populacional se enquadre em três grandes linhas. Primeiro, um crescimento urbano que não descaracterize nem conflite com a qualidade urbanística que Évora caracteriza. Segundo, procurar que a desertificação do mundo rural seja corrigida por políticas municipais que criam condições para a fixação das pessoas nas freguesias rurais. E, por último, procurando contrariar que o crescimento da cidade se faça apenas com base na construção nova, seguindo um programa de regeneração e de recuperação urbana, de modo a resolver o problema dos edifícios devolutos que é a nossa prioridade nas políticas habitacionais.

**De que forma o município tem procurado combater a especula-**

“Temos procurado que o crescimento urbano não descaracterize nem conflite com a qualidade urbanística que caracteriza Évora”

“A Lei das Finanças Locais tem o mérito de tornar mais claras e disciplinadas as relações financeiras dos municípios com o Governo”

**ção imobiliária e proporcionado habitação a custos controlados aos estratos populacionais de mais baixos rendimentos?**

Criando condições para que haja incentivos à habitação social, construindo directamente habitação destinada às famílias de mais fracos recursos, apoiando a construção cooperativa que faz de Évora um concelho de referência no apoio concedido a esse modelo de construção. É assim possível desenvolver através das quatro boas cooperativas que operam no concelho e que têm excelentes relações com a Câmara Municipal, essa forma de intervir no mercado habitacional.

Incentivando a recuperação de edifícios devolutos particularmente a nível do Centro Histórico com programas municipais específicos para o efeito, nomeadamente

com apoios aos proprietários e inquilinos na recuperação das suas habitações e com a instituição de uma Sociedade de Reabilitação Urbana, que tem por missão agenciar todas as iniciativas públicas e privadas e estimular a concertação de parcerias necessárias para a regeneração urbana para combatermos a ideia que o conforto e a qualidade habitacional só se consegue continuando a construir novo. Importa dar vida aos centros da cidade mais característicos, com um programa de regeneração dos espaços públicos e equipamentos e com condições para a fixação da população mais nova.

**Qual o principal problema que identifica no concelho e de que forma tem a Câmara actuado, no âmbito das suas competências, para o minorar?**

A maior preocupação é a criação de emprego. Interessa fundamentalmente atrair e fixar população jovem, quadros técnicos saídos da nossa Universidade e da rede de

da construção do novo Hospital Distrital, a conclusão do IP2 na periferia da cidade de Évora, a decisão de dotar a cidade com uma estação para o Comboio de Alta Velocidade na Linha Lisboa - Madrid, a construção do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva na qual a agricultura do Alentejo, particularmente a do nosso concelho pode ser francamente valorizada.

No entanto não podemos deixar de referir que julgamos que o Governo não está a reconhecer o papel determinante que Évora tem na organização do sector do turismo, como elemento estratégico de alavanca do desenvolvimento regional e que o papel que Évora tem, como porta principal para o turismo do Alentejo, deve ser considerado numa perspectiva global à escala da região, estimulando as complementaridades e as sinergias necessárias, de forma a originar um produto turístico de grande qualidade e diversidade. O que é absolutamente contrário ao proposto no projecto de lei da organização das regiões e pólos de desenvolvimento turístico agora anunciado para o Alentejo.

**Qual a sua opinião sobre a Lei das Finanças Locais?**

A Lei das Finanças Locais tem o mérito de tornar mais claras e disciplinadas as relações financeiras dos municípios com o Governo, através da comparticipação do Orçamento de Estado, tem ainda o mérito de disciplinar as possibilidades de recurso ao crédito do municípios, embora o endividamento municipal seja hoje um factor menor nas dificuldades orçamentais que o país tem enfrentado. Deveria aprofundar a relação de parceria entre o governo central e os municípios, aumentando as competências municipais num quadro de responsabilização por frentes de acção política nas quais a proximidade do cidadão pode e deve ser determinante e ao mesmo tempo fundado numa relação de maior confiança mútua. Os municípios devem ter uma maior responsabilidade sobre as receitas geradas nos seus territórios, podendo assim maximizar, para bem dos cidadãos, o efeito das políticas públicas.

**O que mais o motiva na sua actividade de autarca?**

Servir a população e o interesse da minha terra.

formação profissional existente no concelho e pensamos que estamos a contribuir para a resolução desse problema através da infra-estruturação de 40 hectares do novo Parque de Actividades Económicas, que está disponível para acolher desde já projectos de investimento em condições competitivas extraordinárias, áreas infra-estruturadas que podem atingir praticamente o custo zero para os promotores. Por outro lado, a Câmara Municipal tem também uma política de incentivos fiscais orientados para a competitividade das empresas que optem por se fixar em Évora.

**Que comentário lhe merece a actuação do Governo no que respeita a Évora?**

Globalmente positivo, com decisões que saudamos como a

## CÂMARA DE ÉVORA REALOJOU CENTENAS DE FAMÍLIAS NOS ÚLTIMOS ANOS

NO ÂMBITO da aposta que a Câmara Municipal de Évora vem prosseguindo de garantir habitação aos estratos populacionais com mais baixos rendimentos, cerca de 300 famílias, num total de perto de um milhar de pessoas, foram realojadas em habitação social nos últimos três anos.

“Cerca de 300 famílias do concelho, que englobam perto de um milhar de pessoas, já beneficiaram de casas com função social”, afirmou o presidente da Câmara, o socialista José Ernesto d'Oliveira.

O autarca adiantou que a Habévora, empresa criada

pelo município em Agosto de 2004 para promover a habitação social no concelho e a sua gestão, vai continuar o “esforço de realojamento de famílias”, tanto através da construção de fogos, como da recuperação de casas degradadas.

Para 2008, José Ernesto d'Oliveira referiu que a autarquia vai avançar com um projecto para construção de habitação a custos controlados, destinada a famílias jovens.

Esperamos ter a curto prazo a oferta de algumas centenas de fogos dirigidos a famílias jovens”, sublinhou.

## OPINIÃO

**CARLOS ZORRINHO**  
Coordenador nacional da  
Estratégia de Lisboa e do  
Plano Tecnológico**IDEOLOGICAMENTE VIVOS**

CERTOS analistas e comentadores têm vindo a proclamar repetidamente nas suas vetustas e consagradas colunas e blogs a designada morte ideológica do PS.

Não faria mal a esses opinadores perguntar a si mesmos, com humildade filosófica, se essa “morte” anunciada não é prematura ou se não configura um erro de diagnóstico de quem continua a olhar o mundo a partir dum ponto fixo de análise ancorado algures nas matrizes analíticas do século passado.

Aquilo que muitos parecem recordar com estranha saudade e referenciar como sinais perdidos de vivacidade ideológica do PS, não era mais do que a nossa tendência endémica e folclórica para uma certa intriga palaciana e para um borbulhar múltiplo de fontes anónimas ao seu serviço. Uma tendência que se esbateu e plasmou em capacidade de proposta e mudança com sensibilidade social.

Hoje o PS é menos tema de notícias bombásticas e de confrontos verbais na praça pública, mas tem vindo a praticar mais e melhor o seu ideário na concretização de políticas inovadoras e modernas, quer no plano nacional, quer no exercício de funções governativas com forte impacto na Europa e no Mundo.

Estamos hoje ideologicamente mais vivos do que nunca. Ideologicamente vivos num registo que escolhemos e concebemos e que gera um natural e saudável contraditório interno e sobretudo externo, não obstante a fragilidade das oposições para o confronto frontal de modelos e soluções.

Estamos ideologicamente vivos no debate e na acção. Ideologicamente vivos e prontos para confrontar opções com as oposições e com os oráculos dum passado de glória que se honra com mudança e não com estagnação, com risco e não com dogma, com inovação e não com resistência e inércia.

Estamos ideologicamente vivos, confiantes e prontos para o debate. Por isso, deixo nesta crónica um voto singelo. O voto que 2008 seja um tempo de acção e reflexão, com espaço para todas as visões e perspectivas, permitindo-nos estar com dinâmica e sentido crítico á altura dos enormes desafios que nos esperam enquanto partido de governo em Portugal.



Hoje o PS é menos tema de notícias bombásticas e de confrontos verbais na praça pública, mas tem vindo a praticar mais e melhor o seu ideário na concretização de políticas inovadoras e modernas, quer no plano nacional, quer no exercício de funções governativas com forte impacto na Europa e no Mundo.”

**Ratificação parlamentar do Tratado é tão legítima como a via referendária**

**O primeiro-ministro, José Sócrates, foi à Assembleia da República, anunciar a opção do Governo em ratificar o Tratado de Lisboa por via parlamentar.**

RUI SOLANO DE ALMEIDA

AO INAUGURAR o novo modelo de debates quinzenais, Sócrates escolheu para tema desta discussão o Tratado de Lisboa.

A decisão agora anunciada pelo Governo português era aguardada com alguma expectativa, sobretudo pelos restantes Estados europeus, que entretanto já determinaram as suas posições quanto ao modelo de ratificação do Tratado.

Portugal segue assim o exemplo dos restantes países da União Europeia, recorrendo à ratificação parlamentar como modo de aprovação do novo Tratado, com a excepção da República da Irlanda que por imperativos constitucionais irá recorrer ao referendo popular.

Para José Sócrates, a opção parlamentar sustenta-se na “ética da responsabilidade”, sublinhando que até seria vantajoso para o seu Executivo realizar uma consulta sobre a União Europeia, adiantando um conjunto de argumentos que classificou de ordem política para justificar a opção agora anunciada.

Portugal, disse, dispõe de uma “ampla maioria a favor do projecto europeu”, mas o recurso a um referendo teria, entre outras, “implicações negativas nos outros Estados-membros” que entretanto já decidiram recorrer à via parlamentar, podendo assim pôr em causa, como acrescentou, o “processo de ratificação nesses países”.

Na opinião do primeiro-ministro,



se Portugal tivesse escolhido a via referendária o preço dessa opção seria a de alimentar por essa Europa fora uma “dúvida completamente infundada sobre a legitimidade democrática de um tratado que a generalidade dos países europeus vai ratificar nos respectivos parlamentos”, atitude que para José Sócrates “seria de uma total irresponsabilidade”, algo que Portugal “não quer, não pode e não vai fazer”.

Em defesa da opção agora anunciada pelo Governo, o primeiro-ministro lembrou ainda a este propósito o alerta recente do Presidente da República quando há poucos dias advogou que o Tratado de Lisboa “tem ainda um caminho a percorrer”. Caminho esse, acrescentou ainda Cavaco Silva, “que não está isento de riscos”, pelo que fazer um referendo aqui em Portugal, defendeu o chefe de Estado, “teria implicações noutros países e é justo dizer que, no mínimo, agravaria os riscos de o Tratado nunca entrar em vigor”.

**A importância do Tratado**

Para José Sócrates, nenhum sucesso da presidência portuguesa da União Europeia é tão marcante como o Tratado de Lisboa, “nem nada terá contribuído tanto para reforçar o prestígio internacional de Portugal ou fazer avançar mais o projecto eu-

ropeu”, do que este Tratado.

Por isso, defendeu que com este novo instrumento “a Europa venceu finalmente a sua prolongada crise institucional”, reforçou o projecto europeu, “conferindo-lhe a vitalidade” para avançar com

maior confiança para o futuro.

Sócrates declarou que foram ponderadas as diferentes implicações em relação à ratificação do Tratado de Lisboa por via parlamentar, reconhecendo “que nada justificava submetê-lo a referendo”.

Frisando que o Parlamento “é o coração da democracia representativa”, o primeiro-ministro acrescentou que Portugal aprovou a sua adesão à Europa, assim como posteriormente todos os tratados europeus, sem nunca ter recorrido à via referendária.

Finalmente, relembrou que o Tratado de Lisboa “não é um Tratado Constitucional”, recordando que o compromisso que tinha com o eleitorado para a realização de um referendo se referia “expressamente ao Tratado Constitucional e não a outro qualquer”.

Também para o líder parlamentar do Partido Socialista, do que se trata não é tanto saber quem é contra ou a favor do referendo ou quem é a favor do recurso à aprovação do Tratado de Lisboa por via parlamentar. Ambas, defendeu, são formas legítimas e democráticas de o analisar e ratificar. Do que efectivamente se trata, disse Alberto Martins, “é saber quem é a favor da Europa comunitária ou quem é contra a construção de uma Europa solidária, próspera e participativa”.

**PS acusa PSD de fazer campanha “inqualificável”**

O PS apelou ao PSD para que termine a “intolerável”, “inqualificável” e “despudorada” campanha que está a fazer a favor de uma lista concorrente a um banco privado, e que terá o seu “clímax” com a presença de um dos candidatos, Bagão Félix, no comício de encerramento das Jornadas Parlamentares daquele partido.

Em conferência de Imprensa realizada no Largo do Rato, o dirigente socialista Augusto Santos Silva considerou um “facto insólito”

um partido fazer campanha por uma lista concorrente a um banco privado, apelando ao PSD para que “acabe com este comportamento”.

Trata-se, adiantou, “de uma campanha que terá nas Jornadas Parlamentares do PSD uma espécie de comício de encerramento, tendo como um dos oradores convidados um dos membros de uma das listas candidatas, o dr. Bagão Félix”.

Em nome do Secretariado Nacional do PS, Augusto Santos

convidou ainda o PSD a assumir uma posição de “responsabilidade”, uma vez que está a tornar-se “inqualificável” a campanha que está a realizar para tentar descredibilizar as instituições de supervisão e de regulação do sistema financeiro português.

“Com esta campanha, o PSD não descredibiliza as instituições, porque esta campanha descredibiliza apenas o próprio PSD enquanto partido do arco governativo em Portugal”, disse. **J. C. C. B.**

**Accção Socialista**ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista[www.accaosocialista.net](http://www.accaosocialista.net)

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco [cbranco@ps.pt](mailto:cbranco@ps.pt), Mary Rodrigues [mary@ps.pt](mailto:mary@ps.pt), Rui Solano de Almeida [rsolano@ps.pt](mailto:rsolano@ps.pt) ■ **Secretariado** Virgínia Damas [virginia@ps.pt](mailto:virginia@ps.pt)  
■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X  
■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o “Accção Socialista” em formato digital, no próprio dia? Envie-nos o seu e-mail em <http://webmail.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html>